

## O desenvolvimento exige a valorização do trabalho

*Na década neoliberal, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres, realidade que a discussão do salário mínimo precisa levar em conta*

### Fortalecer laços Brasil-Vietnã

O embaixador do Vietnã, Nuyen Van Huynh, quer que o país estreite relações com o Brasil e o governo Lula.

Página 3



### Violência contra a cidadania

É triste e chocante a situação hoje vivida na cidade do Rio de Janeiro, mas não é nova.

Artigo de Jandira Feghali.

Página 6

### Em busca do crescimento

Empresários entregaram ao presidente Lula propostas para incentivar o crescimento econômico do Brasil a curto prazo.

Página 7

### Reforma sindical

Para os comunistas, os sindicatos devem defender os interesses imediatos e futuros dos trabalhadores, no contexto de um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundamentado na afirmação da soberania e valorização do trabalho.

Página 8

### Vitória na África do Sul

CNA, o partido de Nelson Mandela, venceu a eleição com o lema "um pacto do povo para criar empregos e combater a pobreza"

Página 10

O debate sobre o aumento real do salário mínimo ocorre num momento em que se acentua a exigência de mudança na economia e em que se assiste à divulgação de estudos sobre a profundidade do prejuízo da década neoliberal para os trabalhadores e o povo brasileiro. Estudos como o volume três do *Atlas da Exclusão Social - Os ricos no Brasil*, coordenado por Márcio Pochmann, e o *Mapa do Fim da Fome II*, da FGV, descrevem o tamanho da tarefa que o governo tem pela frente para atender ao desafio de retomar o crescimento e impulsionar o desenvolvimento com distribuição de renda.

Mostram, por exemplo, que o aumento do número de famílias ricas nos últimos vinte anos foi a contrapartida do aumento da pobreza. Em 1980, existiam 507 mil famílias ricas (com renda mensal média de 22 487,00 reais em valores atuais), ou 1,8% do total. Em 2000, eram 1,1 milhão de famílias, ou 2,4% do total. Em 1980, a renda média das famílias mais ricas era 10 vezes maior do que a das mais pobres. Em 2000, a renda dos mais ricos era 14 vezes maior, e eles tinham um terço da renda nacional e patrimônio correspondente a 75,4% do Produto Interno Bruto (PIB). A situação fica ainda mais grave quando se trata das 5.000 famílias mais ricas (apenas 0,001% do total), com 3% da renda e patrimônio de 45% do PIB. Em contrapartida, entre 1992 e 2002, auge do predomínio neoliberal, a renda do trabalhador caiu de 45% do PIB para 36%, levando a uma situação em que um terço dos brasileiros tem renda mensal inferior a 79 reais.

Neste quadro, a discussão de cada real de aumento sobre o mínimo é significativa: calcula-se que, para tirar aqueles 33% de brasileiros da miséria, bastaria uma contribuição mensal de 14 reais dos brasileiros afortunados que estão acima da linha de pobreza. Isso dá um total de 2 bilhões reais por mês.

O presidente Lula demonstra sensibilidade a essa situação. "Vivi metade da minha vida com um mínimo", disse. Por isso, garantiu, quer "dar o maior aumento possível", com a ressalva: "mas com responsabilidade nas contas públicas".

A proposta da Confederação Nacional das Indústrias para a retomada do crescimento mostra que, ao contrário, os industriais brasileiros não têm sensibilidade semelhante. No documento entregue ao presidente, eles querem menor carga fiscal (menos impostos), juros baixos e dinheiro barato para investimento, numa visão míope que enxerga apenas os problemas da indústria sem considerar a necessidade de valorização do trabalho, do aumento da renda e fortalecimento do mercado interno na retomada do desenvolvimento. Sem sequer mencionar que, para haver desenvolvimento, será preciso tirar da miséria esse enorme contingente de brasileiros. Sem levar em conta a calamidade que é, no Brasil, a exploração do trabalho.



A Classe Operária, em 1928 e hoje, está presente nas mobilizações do 1º de Maio

### EDITORIAL

## 1º de Maio — dia de luta e festa

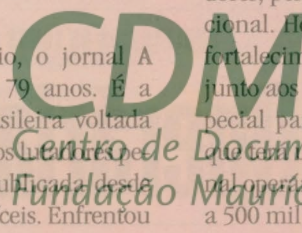
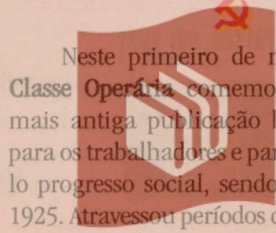
O caráter da comemoração da data internacional dos trabalhadores foi mudando ao longo do tempo — sua marca principal já foi a luta; depois, mudou para a festa e, muitas vezes, para comemorações oficiais que consagravam a ação de governos.

A marca da comemoração, neste ano, será de luta. Festa e luta. Festa pelo regozijo da condição trabalhadora e comemorar aqueles que são os criadores dos bens necessários para a vida. Luta para garantir direitos alcançados nas lides do passado e conquistar novos.

Os promotores da manifestação marcada para a avenida Paulista, em São Paulo, esperam pelo menos 500 mil pessoas, e as

outras capitais e cidades maiores também esperam manifestações massivas de trabalhadores sob a consigna *Brasil não pode esperar: é hora de crescimento e emprego*. E que demonstrem, nas ruas e praças das cidades brasileiras, a exigência pela mudança na economia, colocando o país em um novo rumo de desenvolvimento, autônomo, soberano, que crie empregos e valorize o trabalho.

as ditaduras do Estado Novo e dos generais de 1964; foi dada como extinta mas persistiu, como o Partido Comunista do Brasil, do qual é o órgão central. Mesmo publicada em condições precárias — muitas vezes mimeografada ou copiada uma a uma nas velhas máquinas de escrever — o jornal foi orientação segura e precisa para aqueles que resistiam e lutavam pelos direitos dos trabalhadores, pela democracia e pela soberania nacional. Hoje, nossa Classe vive uma fase de fortalecimento, e vai comemorar os 79 anos junto aos trabalhadores com uma edição especial para ser distribuída nas fábricas. E que terá um caráter pedagógico e político, sendo publicado desde 1925. Atravessou períodos difíceis. Enfrentou



Neste primeiro de maio, o jornal A Classe Operária comemora 79 anos. É a mais antiga publicação brasileira voltada para os trabalhadores e para os seus interesses pelo progresso social, sendo publicada desde 1925. Atravessou períodos difíceis. Enfrentou

PCdoB



Renato Rabelo fala aos convidados na comemoração em Brasília

## 82 anos, de norte a sul

Festa com homenagem aos guerrilheiros do Araguaia

FRANCYROSE DE ANDRADE

A maior festa foi em Brasília, mas as comemorações pelos 82 anos do Partido Comunista do Brasil marcaram o Brasil inteiro. Em Brasília, centenas de pessoas compareceram, dia 25 de março, ao Salão Nobre da Câmara dos Deputados; eram dirigentes partidários, de organizações populares, deputados de vários partidos, ministros e personalidades do mundo político.

O ato foi precedido por um bem humorado, combativo e brilhante show do músico Jorge Mautner e do violonista Nelson Jacobina. Além de tocar o hino "A Internacional" ao violino, Mautner, contou seu primeiro contato com os comunistas, em 1962, e falou de sua emoção ao conhecer o dirigente principal do PCdoB durante décadas, João Amazonas.

Após o show, Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, relatou a luta constante do partido pela democracia e pelo bem estar social e sua inclusão no governo do presidente Lula como fruto da convivência dos comunistas com as forças democráticas e de atendimento aos anseios do povo. Renato insistiu, que o PCdoB persiste no ideal que norteou sua fundação e suas lutas subseqüentes pelo progresso social, democracia e soberania nacional. Renato Rabelo destacou a inédita participação política do partido em ministérios do governo Lula e na sua luta constante para dar mais equilíbrio e maioria política ao atual governo. Além disso, enfatizou que o partido continua perseguindo um projeto nacional de desenvolvimento, soberania e democracia e na luta pelo socialismo. Depois do presidente do PCdoB, discursou o presidente nacional do PT, José Genoíno, que destacou seu início de militância, a amizade e o respeito que tem pelos comunistas e a importância do Partido na formulação e sustentação do atual governo. O deputado comunista e atual ministro da Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, destacou por sua vez a importância dos comunistas na coesão, defesa e avanços do governo do presidente Lula.

### Nos Estados

Em São Paulo, houve uma grande caminhada dos comunistas no centro da cidade, com a presença de dirigentes e forças políticas de diversos partidos políticos. Houve diversos eventos fechados e a marca combativa foi preponderante.

No Rio de Janeiro, a festa foi na Assembleia Legislativa, com a presença de mais de 600 militantes de 18 municípios, além de Renato Rabelo, presidente nacional do Partido; o ponto forte foi a apresentação da pré-candidatura de Jandira Feghali à prefeitura carioca.

Em Pernambuco, compareceram mais de 500 pessoas, entre elas o prefeito de Recife, João Paulo (PT), o vice Luciano Siqueira (PCdoB), e os vereadores Moacir Gomes e Paulo Dantas. O deputado Nelson Pereira apresentou os 55 pré-candidatos do PCdoB a vereadores do Recife.

No Acre, a comemoração foi cenário para a apresentação da candidatura de Angelim para prefeito de Rio Branco. Em Alagoas, mais de 300 pessoas, entre militantes e lideranças de partidos aliados, se reuniram na sede regional. No Amazonas, a emoção foi o ponto forte na fala de Eron Bezzerra, que lembrou os guerrilheiros do Araguaia e os 27 anos do partido no estado. Na Bahia, o ato ocorreu na Câmara Municipal de Salvador. No Ceará, as comemorações foram marcadas pela apresentação da candidatura de Inácio Arruda à Prefeitura de Fortaleza. Em Goiás, compareceram mais de 100 pessoas presentes, entre elas representantes e dirigentes dos partidos aliados. Em Minas Gerais, o ato solene ocorreu na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, com a presença de deputados federais, dirigentes e o presidente do Partido e lideranças de partidos aliados. No Pará, houve um grande ato político na Praça da República, com a presença do prefeito Edmilson Rodrigues e do vereador Paulo Fonteles. No Paraná, houve comemoração em Londrina, no calçadão central da cidade e um ato com a presença do presidente do PCdoB no estado, sendo apresentados os pré-candidatos a vereador. No Piauí, houve ato solene com mais de 200 presentes na Câmara dos Vereadores, com a presença de deputados de diversos partidos e do vice-governador Osmar Junior (PCdoB).

No Rio Grande do Norte, houve ato cultural e político no centro de Natal e, à noite, show na Escola de Samba Balanço do Morro, com mais de 250 pessoas. No Rio Grande do Sul, mais de 500 pessoas foram às comemorações, que teve o Hino Nacional interpretado pela Orquestra de Berimbau. Em Rondônia, a festa ocorreu na Câmara de Vereadores de Porto Velho, sendo lançada a pré-candidatura de Claudia Carvalho à Prefeitura.

CARTAS

### Sobrevivente da Guerrilha do Araguaia

Em 1968, conheci Dinalva Oliveira Teixeira, amiga e companheira, também chamada Dina na Guerrilha do Araguaia. Ela era residente e representante da Casa Feminina dos Estudantes Baianos. Também como estudante de Geologia e membro do Diretório Acadêmico, ela e Antonio Carlos Teixeira Monteiro, com quem se casou, participavam ativamente do movimento estudantil contra a ditadura militar. Dina, filha de família de vida rural, viveu no lugarejo chamado Argoim no interior da Bahia. Na região do Araguaia, não teve dificuldades em adaptar-se às condições do campo, onde trabalhava na roça, plantando arroz e outras agriculturas de sobrevivência em uma área chamada "Abóbora". Também com sua dedicação e alguns conhecimentos adquiridos com "Juca" Dr. João Carlos Haas Sobrinho, médico da guerrilha, atuou como parteira auxiliando a população feminina. Chegou a ser vice-comandante do destacamento C, atuava na linha de frente, tida como um mito pela população local, diziam que era um pássaro que a repressão nunca iria pegar. A democracia foi restaurada e Dina, com os demais combatentes que ficaram entre os escombros do terror que o regime militar instaurou no Brasil em 64, passaram para a história das lutas de resistência contra a tirania. *Luzia Reis Ribeiro (sobrevivente da Guerrilha do Araguaia) - Brasília - DF*

**Movimentos sociais em ação** - No Distrito Federal, por determinação da Executiva da CUT/DF, será lançado o Movimento de Lu-

ta pela Redução da Jornada de Trabalho. O deputado que solicitou o auditório da Câmara Legislativa do DF foi o deputado distrital Chico Leite (PCdoB). O ato será no dia 16 de abril, às 9h. A CUT/DF já confirmou a presença do senador Paulo Paim e da deputada comunista Perpétua Almeida (PCdoB/AC). Será um grande momento para o movimento sindical do DF. A CUT sabe que este é um momento histórico, pois existe a possibilidade objetiva de garantir a aprovação da PEC que permite a redução da jornada de trabalho semanal. Portanto, estamos pedindo o engajamento deste instrumento para aperfeiçoar a luta do nosso povo. A geração do emprego com carteira assinada é prioridade geral da CUT, e dos sindicatos filiados. *João Lopes Paranoá - DF*

**Vontade mudancista em Ilhéus** - O PCdoB em Ilhéus tem uma história de lutas e conquistas. Fomos os principais responsáveis pela reconstrução de vários sindicatos importantes: borracheiros, construção civil, cacau e balas entre outros. Só que agora o partido é chamado para um novo desafio: derrubar o grupo carlista que está no poder há oito anos. Nós que temos uma vereadora sindicalista no seu primeiro mandato, sendo uma grande liderança municipal, e de outro o presidente do partido Gustavo, que está sendo chamado para ser vice na chapa que tem real chance de vitória. É importante que essa nova luta do Partido venha com vitórias não apenas no parlamento ou no executivo, mas também para o crescimento partidário. *Joselito Alves, Ilhéus - BA*

UNIVERSITÁRIOS

## Cresce influência na USP

MARIANA VENTURINI

A influência dos estudantes comunistas cresceu, na Universidade de São Paulo, com a conquista, na eleição de 25 e 26 de março, de importantes espaços institucionais por representantes da chapa Novos Rumos, da União da Juventude Socialista e PCdoB.

Defendendo as históricas bandeiras da aproximação entre os centros acadêmicos e os representantes discentes com o conjunto dos estudantes, os comunistas e jovens socialistas, que já ocupavam três cadeiras reservadas a discentes nos Conselhos Centrais da Universidade, ganharam outros três importantes espaços na USP: duas cadeiras na Congregação da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas), mais alto conselho deliberativo da faculdade composto por docentes, funcionários e alunos, e uma cadeira na Comissão de Graduação da mesma faculdade.

Para a presidente do Partido na USP, Mojana Vargas, este é um "avanço real na política que nós propusemos, que além da participação nos fóruns mais usuais do movimento estudantil prevê também a participação nos colegiados e fóruns de debate político e teóricos institucionais da Universidade. O próximo desafio é cristalizar em saldo organizativo os votos recebidos pela chapa, para viabilizar a frente ampla que encampará a bandeira da Reforma Universitária."

CONTRIBUIÇÃO MILITANTE

## Estava em dia, ganhou viagem a Cuba

Maria Francisca Bartolone, de Santos, São Paulo, foi a vencedora do sorteio de uma viagem a Cuba do Sincom (militante que contribuiu financeiramente com o PCdoB). Ela conheceu o Partido em 1977, quando estudava agronomia em Piracicaba-SP. "O sorteio foi uma

surpresa muito boa, pois tenho muita curiosidade de saber como é a vida cotidiana dos cubanos. Estou ansiosa para compartilhar o aprendizado com todos que fazem parte de sua vida e aprender mais sobre o socialismo, na prática", afirmou. A viagem está marcada para maio.

EMPRESA JORNALÍSTICA FUNDADA EM 1925

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

# A Classe Operária



Diretor **JOÃO AMAZONAS** (1912-2002),  
 Jornalista responsável **Pedro de Oliveira** (MTB 9813SP), Edição - **José Carlos Ruy - Carlos Pompe**  
 Edvar Bonotto - Diagramação - **Marco Godoy**  
 Administração - **Francyrose de Andrade**  
 Alameda Sarutaiá 185 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01403-010 Tel 11-3054 1800  
 classe@pcdob.org.br - www.vermelho.org.br/classe

## DÍVIDA EXTERNA

## Impagável e criminosa

OAB entra no STF com ação para que o Congresso promova a auditoria prevista na Constituição

LUIZ APARECIDO, DE BRASÍLIA (COM A AGÊNCIA OAB)

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu, na primeira semana de abril, ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar uma comissão para realizar a auditoria da dívida externa brasileira. É uma ação de descumprimento de preceito fundamental, prevista na lei

9882/99, que vai exigir que o Congresso Nacional aplique o artigo 26 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. O dispositivo determina que no prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, que ocorreu em outubro de 1988, o Congresso Nacional deveria promover, através de comissão mista, uma auditoria sobre os fatos

geradores da dívida externa brasileira. "Esse artigo tem caráter impositivo. O Congresso não poderia ter deixado de cumprir com o dever de fazer essas auditorias", afirmou Arx Tourinho, conselheiro federal da OAB. E esse prazo vem sendo descumprido desde então, isto é, há cerca de 15 anos.

Tourinho, que foi o relator da proposta de cumprimento daquele preceito constitucional, a dívida brasileira é impagável e acredita que ela esconde a realidade do povo. Para ele, jamais existirá desenvolvimento no País enquanto a sociedade tiver que arcar com o ônus dessa dívida. "Por mais que o governo faça superávit disso ou daquilo, cada vez mais vamos empobrecer porque sempre há dinheiro saindo do Brasil para o exterior", afirmou ele.

**O preceito constitucional que prevê a auditoria da dívida externa espera seu cumprimento desde 1988 - há 15 anos**

Além disso, pensa ele, a ação "interessa a todo o povo brasileiro. Se houver uma conjugação real de esforços das diversas entidades que estão à frente desse problema e das centrais sindicais, tenho certeza de que vamos ter algo de diferente, de mudança neste País. Essa dívida externa esconde uma realidade que o povo desconhece e também não sabemos qual é a sua real extensão. Pode ter certeza que por trás dessa dívida externa existe crime, ilícito civil e existe irresponsabilidade criminal de muita gente", dentro e fora do Brasil.

Tourinho diz que "nossa dívida hoje ultrapassa R\$ 1 trilhão, valor que é simplesmente impagável. Por mais que os recursos financeiros do País sejam usados, que as pessoas trabalhem o tempo todo, não há condições de pagar esse valor e essa dívida aumenta cada vez mais. Mesmo devendo, continuamos recebendo dinheiro externo, o que acabou por se transformar em uma bola de neve uma vez que esses novos recursos externos terão que ser pagos um dia. Nós tivemos um salto fenomenal da dívida nos últimos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso e ela continua enorme. Enquanto o governo continuar tirando dinheiro do povo brasileiro para pagar a dívida externa, não teremos condição de desenvolver o País. Não vejo condição alguma de o Brasil se desenvolver e alcançar os princípios fundamentais que estão no artigo 3º da Constituição Federal enquanto essa dívida existir". Ele afirma, no entanto, que a OAB não propõe o calote da dívida, mas apenas que o Brasil tome conhecimento do que ocorre com ela e como surgiu.

## RELAÇÕES EXTERIORES

## Aproximação do Vietnã com o Brasil

Nguyen Van Huynh prepara visita do presidente vietnamita a Lula

JAQUELINE PAIVA, DE BRASÍLIA

O embaixador do Vietnã no Brasil, Nguyen Van Huynh, visitou Minas Gerais, nos dias 13 e 14, sendo recebido em Belo Horizonte pela deputada do Bloco PT-PCdoB Jô Moraes (PCdoB), que esteve no Vietnã em junho de 2003. Na capital mineira, o embaixador se encontrou com o prefeito Fernando Pimentel, empresários, lideranças políticas e sindicais e representantes do movimento estudantil. Visitou também a sede do PCdoB na cidade, onde voltou a se encontrar com lideranças populares e dirigentes operários.

O embaixador quer que o país estreite relações com o Brasil e o governo Lula. Ele fez a declaração durante visita no dia 13 de abril ao secretário-executivo da Secretaria de Coordenação Política, Eduardo Bomfim, que representou o ministro Aldo Rebelo no encontro. Huynh afirmou que o presidente do Vietnã pretende visitar o Brasil

no final deste ano para abrir caminho para um acordo comercial entre os dois países. A visita será preparada com a vinda a Brasília, em julho, de representantes do Ministério de



Embaixador Huynh (ao centro) na visita a Belo Horizonte

Relações Exteriores. O presidente do Vietnã pretende trazer na sua delegação cerca de 100 empresários dispostos a uma troca de investimentos na América do Sul.

Os eventos programados para este ano

fazem parte da comemoração dos 50 anos da vitória dos vietnamitas sobre os franceses e o fim da ocupação européia no país. Vão celebrar também os quinze anos de retomada das relações entre Brasil e Vietnã.

Huynh ressaltou que a intenção é aprender com o Brasil a cultura de convivência pacífica, já que nosso país não passa por um conflito armado dentro de seu território ou em sua fronteira há quase 200 anos, conseguindo manter a independência, o crescimento e a inserção no mundo globalizado.

O Vietnã cresceu 7% em média nos últimos anos. O relacionamento com China e Estados Unidos melhorou na última década e a intenção agora é aumentar a aproximação com a América Latina. Durante a audiência com Eduardo Bomfim, em Brasília, o embaixador agradeceu a visita do ministro Aldo Rebelo ao país, em 2003, quando ainda era o líder do governo na Câmara.

## MEIO AMBIENTE

## Perigo no estuário do Amazonas

A foz amazônica é um paraíso para o turismo e a pesca clandestinos

Barcos pesqueiros clandestinos do Brasil e do exterior, prospecção de petróleo sem fiscalização ambiental e falta de patrulhamento marítimo e aéreo colocam em risco a biodiversidade e a soberania brasileira no estuário do Amazonas, entre o Pará e o Amapá e abrangendo o arquipélago do Marajó. O alerta, difundido nos ministérios da Defesa, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, foi feito pelo engenheiro agrônomo e militante ambientalista Flávio Garcia.

Segundo ele, há informações recentes, "estarrecedoras, de que os litorais oceânicos dessas amplas e inóspitas regiões encontram-se inteiramente à disposição dos barcos pesqueiros e de turismo de diferentes países, devido à inexistência de patrulhamento e fiscalização das autoridades brasileiras". E que são confirmadas por oficiais superiores da Marinha e por técnicos das secretarias estaduais de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará e do Amapá. Flávio garante que essa perigosa situação piorou nos últimos

cinco anos e nenhuma providência foi tomada pelas autoridades.

"Diversos atracadouros clandestinos podem ser vistos em meio aos canais que separam as ilhas do arquipélago do Marajó, servindo para reabastecimento de embarcações e suporte a empresas estrangeiras que exploram o turismo natural da região", acusa ele.

Além da exploração ilegal e continuada do pescado, também já começou, no estuário do Amazonas, a prospecção de petróleo e gás natural pelas multinacionais British Petroleum/Amoco e Exxon/Mobil, vencedoras das licitações de para pesquisas e perfurações abertas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) no governo de Fernando Henrique Cardoso. Isso apesar do trabalho já realizado pela Petrobras na área, que teve que ceder tudo às empresas estrangeiras e privadas nacionais.

Flávio Garcia afirma que "esse primeiro bloco de exploração de petróleo e gás, apesar de se encontrar a quase 300 quilômetros de distância da costa nordeste do Amapá, localiza-se frontalmente ao arquipélago do Marajó, que

sustenta os maiores e mais extensos manguesais que se conhece no planeta". Esses riquíssimos manguesais se estendem além das Guianas, por um lado, e, por outro, até perto da ilha de São Luiz, no Maranhão, conformando o maior berçário de peixes e crustáceos do mundo. Na região não há quase nenhuma fiscalização.

O engenheiro e ambientalista garante que se houver outras licitações de blocos de exploração de petróleo e gás na região, a situação tende a piorar. Há ainda a preocupação com um possível acidente nos poços de petróleo e gás da região pois como não há nenhuma fiscalização e controle, diz ele, as empresas tampouco vão se preocupar com isso.

Flávio sugere que o Ministério da Defesa fortaleça o patrulhamento marítimo e aéreo da região, e que o Ministério do Meio Ambiente estabeleça um amplo e efetivo Programa de Gestão Ambiental Integrada para a área. "É uma questão de soberania nacional e de proteção ao nosso patrimônio e meio ambiente", conclui. (L.A.)

## OLINDA/PE

## Prefeitura implanta 22 mini-áreas de lazer

Iniciativa tem a parceria do Ministério do Esporte

A população olindense terá mais espaços revitalizados e destinados à diversão. Uma parceria entre a Prefeitura Popular de Olinda (PE), administrada pela prefeita Luciana Santos (PCdoB), e o Ministério dos Esportes vai possibilitar a implantação, ainda no primeiro semestre deste ano, de 22 mini-áreas de lazer nos bairros de Rio Doce, Jardim Brasil, Alto da Bondade e Aguazinha. Em algumas das mini-áreas serão instalados brinquedos, quadras para esportes, mesas para jogos, pista para cooper; todas serão ajardinadas e receberão iluminação e bancos. O Ministério dos Esportes destinou R\$ 200 mil para execução das ações e a Prefeitura Popular deu uma contrapartida de quase R\$ 38 mil.

As ações foram definidas depois que equipes de paisagismo da prefeitura vistoriaram os bairros da cidade e encontraram carências de equipamentos de lazer principalmente nos bairros populares de Rio Doce, Jardim Brasil, Alto da Bondade e Aguazinha, onde há grande densidade populacional de baixa renda e poucas opções para o entretenimento. "Verificamos que em Rio Doce e Jardim Brasil existem diversas áreas destinadas às praças que nunca foram implantadas ou são utilizadas precariamente. Com esse projeto, a população vai poder usufruir de espaços para divertimento e o mesmo prática de esportes", ressalta a arquiteta Érika Aude.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

## TRABALHADORES

# A Guerrilha do Araguaia renasce a cada dia

*“Homens que foram o sonho, quando o sonho fugia dos homens” trecho de poema de um morador da região.*

AUGUSTO BUONICORE\*

Neste dia 12 de abril se completaram 32 anos do início da resistência armada do Araguaia. A saga daquelas dezenas de jovens comunistas que, ao lado dos camponeses pobres, lutaram até a morte contra a ditadura militar, já compõe a lista dos feitos heróicos do nosso povo. Ela divide as honras com a luta de Palmares, dos Inconfidentes, dos Balaios, de Canudos e do Contestado, dos abolicionistas, dos tenentes da década de 1920, dos revoltosos de 1935.

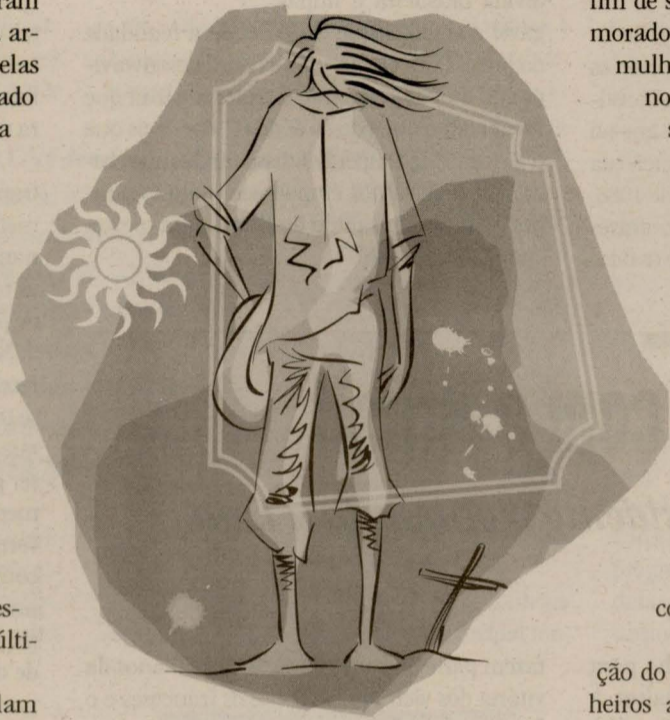
A Guerrilha do Araguaia teve que vencer as mentiras e os preconceitos. Mas o carro alegre da história atropela indiferente todos aqueles que o negam. A revista *Época* afirmou, recentemente, que a guerrilha foi “o mais organizado foco de combate ao governo de Canudos” e revelou mais detalhes dos últimos dias de muitos dos guerrilheiros.

Centenas de camponeses pobres falam do carinho que a população tinha para com aqueles guerrilheiros, denominados “paulistas”. Aqueles jovens atendiam a população — curando suas doenças, fazendo partos, ensinando a ler e escrever, prestando ajuda nos momentos da colheita, dando ânimo nos momentos de maiores dificuldades.

Áurea Valadão criou a primeira escola no povoado de Boa Vista e deu aulas para centenas de crianças de Caiano e Xambioá. O médico João Carlos Haas Sobrinho atendia gratuitamente. As enfermeiras Jana Barroso, Luzia Augusto Garlippe e Suely Yomico se transformaram em médicas dos camponeses pobres.

Paulo Roberto Pereira Marques e Ciro Flávio Oliveira Salazar montaram uma farmácia em Palestina e ali davam assistência gratuita. Paulo também ajudava no nascimento das crianças e no tratamento das doenças. Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, embora fosse geóloga, “muitas vezes andou muitas horas na mata, de noite, para ajudar uma criança a nascer”.

Um camponês em lágrimas contou: “uns ajudavam o outro, nas coisas da casa, na minha roça, e eles trabalhavam o tempo todo, sempre arrumavam algo para fazer. Sintto falta daquela amizade”. Outro disse num poema: “Homens que foram o sonho, quando o sonho fugia dos homens”.



O Frei dominicano Gil Vilanova, que viveu na região durante a Guerrilha, afirmou: “Todas essas pessoas eram simpáticas aos guerrilheiros. Todas. Eles eram muito bons. O povo dava apoio moral e fornecia víveres (...) Muitos entraram com eles (...) Depois de uma vitória relativa que guerrilheiros tiveram (...) muitas pessoas da mata entraram na luta armada”.

O advogado e ex-deputado do PCdoB Paulo Fonteles, assassinado pelo latifúndio, declarou: “uma grande parte da população apoiou a guerrilha com informações, alimentação e calçados (...) E outra parte, menor, porém expressiva participou da ULDP, integrando-se na própria luta guerrilheira. Por isso a guerrilha durou tanto tempo.”

*Época* mostrou como era respeitada a memória do guerrilheiro Osvaldão, o mais temido pelos militares. No dia de finados de 2003 um morador da região colocou uma vela no cemitério de Xambioá e declarou: “essa vela aqui eu vou acender para meu amigo Osvaldo Orlando da Costa, que morreu há quase 30 anos”. Logo em seguida dezenas de velas se acenderam numa homenagem ao guerrilheiro. A Assembléia Legislativa do Pará lhe concedeu o título de cidadão do Pará.

Seu assassino, que recebeu como prêmio uma gleba de terras, teve que conviver até o

fim de seus dias com o desprezo dos demais moradores. Quando morreu, afirmou sua mulher: “pedimos ajuda ao Exército, mas no hospital que eles indicaram não quiseram atender”. O Exército pagou-lhe um enterro barato.

São Domingos das Latas, que teve parte da sua população presa durante o conflito, passou a se chamar São Domingos do Araguaia e o novo brasão da cidade incorporou as armas dos guerrilheiros. Em Xambioá será construído um memorial à Guerrilha.

Chegam também os detalhes macabros de como os guerrilheiros foram aprisionados, torturados e exterminados friamente e de como foi martirizada a população.

A partir do final de 1973, a conspiração do silêncio exigia que todos os guerrilheiros aprisionados fossem assassinados e seus corpos desaparecessem.

Em outubro de 1974, Walkíria Afonso Costa foi presa quando pedia comida. Estava fraca, doente, mancando e indefesa. Foi executada a sangue-frio com três tiros de espingarda de cano longo. Um soldado afirmou: “Eu nunca pensei que alguém pudesse fazer um negócio assim com uma menina daquela”. Executadas friamente também foram Áurea, Jana, Maria Célia, Telma Regina, Lúcia Maria, Luzia, Dinaelza, Dina, Suely Yumiko, Maria Lúcia Petit, Helenira Rezende entre outras. Outro soldado disse: “Eu não imaginava que alguém pudesse fazer aquelas coisas. Quem faz aquilo não sabe o que é Deus, não tem amor à mãe, aos filhos.”

No Araguaia os vencidos tiveram suas cabeças cortadas e seus corpos mutilados, como ocorreu com Zumbi, Filipe dos Santos, Tiradentes, Lampião e os homens de Antônio Conselheiro. Um dos camponeses que serviu de mateiro para o Exército contou sobre a execução de Adriano Fonseca Fernandes Filho: “Ele foi morto pelo Raimundinho com um tiro de espingarda no peito (...) Depois, o mesmo Raimundinho cortou a cabeça do Chicão”. Entre os últimos combatentes a tombar estava Osvaldão. Seu corpo foi amarrado a um helicóptero militar e carregado por sobre as cidades onde era conhecido e depois exposto em Xambioá.

A população também foi martirizada. Vilarejos inteiros foram esvaziados. Estabeleceu-se o toque de recolher e todos os suspeitos de manter contatos com os guerrilheiros foram presos e submetidos a interrogatórios que envolviam torturas físicas e mentais. Não escaparam nem mesmo padres e freiras.

Escreveu o jornalista Fernando Portela: “Em Xambioá, cavaram-se buracos próximos ao acampamento e os homens foram pendurados de cabeça para baixo, amarrados com cordas em estacas afiadas à beira dos buracos. Levavam empurrões, socos e choques elétricos. E havia um médico entre os ‘especializados’. Quando um homem desmaiava, recebia uma injeção para reanimar e sofrer consciente”. Vários morreram em conseqüências dos maus tratos sofridos e alguns enlouqueceram.

O ex-ministro da ditadura, coronel Jarbas Passarinho, afirmou cinicamente: “Foi uma guerra suja, uma guerra porca. Então a convenção de Genebra foi pro diabo, desapareceu a convenção de Genebra”. Se existiu uma guerra suja foi exclusivamente por conta das forças de repressão que atuaram no Araguaia, que maltrataram a população civil e torturavam e executavam pessoas desarmadas e indefesas — muitas delas doentes e sem nenhuma capacidade de resistência.

No final da década de 1970 e durante toda a década de 80 o sul do Pará tornou-se palco de uma sangrenta luta entre os posseiros pobres e os latifundiários. Nestes anos tombaram em defesa da reforma agrária os líderes camponeses Expedito Canuto, João Canuto e Gringo. Durante a visita ao sul do Pará dos familiares dos mortos e desaparecidos da guerrilha, em 1980, um posseiro afirmou: “A semente que eles plantaram nós estamos colhendo, continuando a luta que eles iniciaram”.

Ainda existem 61 guerrilheiros desaparecidos. Pela primeira vez na nossa história foi negado ao derrotado o direito a uma sepultura onde suas famílias pudessem velar e colocar suas flores. É preciso que as Forças Armadas forneçam as informações sobre a morte e desaparecimento daqueles guerrilheiros.

*\*Historiador, doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp, membro do Comitê Estadual de São Paulo, do Comitê Central do PCdoB e do Conselho de Redação da revista Debate Sindical.*

## O Brasil perde Lélia Abramo

Morreu, aos 93 anos, a atriz e escritora Lélia Abramo, dia 9 de abril, em São Paulo. A atriz reuniu realização pessoal, atuação profissional e política. Paulistana, filha de imigrantes italianos, morou na Itália entre 1938 e 1950 e sofreu as agruras da época da Segunda Guerra Mundial, quando testemunhou bombardeios, comida racionada, suspensão da liberdade de ir-e-vir.

Lélia estreou nos palcos aos 47 anos, na peça “Eles Não Usam Black-Tie” (58), a primeira montagem de Gianfrancesco Guarnieri, contracenando com os Milton Gonçalves e Eugenio Kusnet no Teatro Arena, em São Paulo. O crítico teatral Décio de Almeida Prado escreveu que essa peça “põe diretamente o dedo na ferida. A greve é o seu tema ostensivo, uma greve operária, reivindicação por

melhores salários, que acaba por separar pai e filho”. Depois a peça virou filme, também com a participação de Lélia.

Ela interpretou grandes clássicos do teatro, como “A Casa de Bernarda Alba”, de Federico Garcia Lorca; “Lisístrata”, de Aristófanes; “Ricardo 3º”, de Shakespeare; “Mãe Coragem”, de Brecht; “Esperando Godot”, de Beckett; e “Os Rinocerontes”, de Ionesco.

Atuou em 27 peças de teatro, 14 filmes e em um número não contabilizado de peças de televisão que eram transmitidas ao vivo. Também participou de 27 novelas (Excelsior, Tupi, Record, Globo e Manchete). Em maio de 2000,

participou de um evento promovido pelo PCdoB em homenagem a Guarnieri e à sua primeira peça.

Lélia participou dos mais importantes movimentos político-sociais brasileiros. Suas primeiras ações políticas aconteceram nos anos 30, quando foi demitida de uma fábrica por criticar a ditadura de Getúlio Vargas.

Engajou-se na luta por liberdade de expressão durante todo o ciclo da ditadura militar, a partir de 1964. Foi presidente do Sindicato dos Atores de São Paulo e liderou a luta pela legalização da profissão de ator, reconhecida em lei em maio de 1978. Ela mesma recebeu a carteira

de atriz com o registro número 1 da Delegacia Regional do Trabalho.

Teve atuação destacada na luta pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte, nos anos 1970 e 1980, assim como nas manifestações pelas “Diretas Já”, entre outras. Fundadora do Partido dos Trabalhadores, Lélia, em 1982, foi candidata a vice-governadora paulista na primeira eleição da qual participou o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que encabeçou a chapa.

Sua última aparição pública foi em 31 de março, no Auditório Elis Regina, na capital paulista. Foi homenageada, na ocasião, pela Prefeitura de São Paulo, por sua luta por liberdades civis e democráticas durante a ditadura militar. A vida de Lélia Abramo está autobiografada no livro “Vida e Arte” da Editora Fundação Perseu Abramo.



Lélia Abramo com Lula, 1982

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## ELEIÇÕES

# As conferências municipais e as assembleias de base

ANDRÉ BEZERRA RODRIGUES\*

Em junho serão realizadas as conferências municipais para escolha dos candidatos do Partido às eleições 2004. Os comunistas estão presentes em quase 2.000 municípios. A discussão política no seio do povo deve combinar a luta por reivindicações imediatas e localizadas com a construção de um projeto democrático e nacional-desenvolvimentista. O embate político pelas mudanças no país passará, inevitavelmente, pelas disputas nos palanques locais.

Estas conferências deverão ser precedidas por um grande número de assembleias de base, como contraponto ao processo de reunir todos os filiados num único dia para decidir apenas o projeto eleitoral. As assembleias de base são o esteio maior e adequado para que viceje a construção de vida partidária comunista. É o ambiente para "arregaçar as mangas" e ingressar de forma mais estruturada no embate político que o povo será chamado a participar através das rádios, TVs, debates, mobilizações e do voto.

Devem ser pautados o debate de nosso projeto político-eleitoral e de estruturação partidária, aproveitando-se para elaborar um plano interno onde os diversos aspectos da estruturação municipal estejam presentes e abordadas formas de enfrentá-los. O PEP (Plano de Estruturação Partidária) municipal é de fundamental importância, em especial nas grandes cidades, onde os embates são mais fortes e nos exigem maior ousadia política, organização e ciência da realidade sócio-política-econômica e cultural.

Faz-se necessário um plano adequado e um real planejamento dos objetivos a alcançar. As demandas partidárias são mais complexas, multifacéticas e de grande envergadura. Dos comitês partidários se exigem respostas de nível elevado.

É fundamental a ampla mobilização da militância, incorporando novos e antigos filiados. As convenções devem ser instrumentos efetivos de mobilização e decisão partidárias, evitando o pragmatismo eleitoral que leva à realização somente da festa de aprovação dos candidatos e coligações às eleições.

Como afirmam as diretivas do 1º Encontro Nacional, "a questão central é que — repita-se — não basta filiar — este não é mais o gargalo —, mas reter tais filiados, ativá-los, formá-los, dar-lhes tarefas e diretivas, educá-los para os quatro princípios básicos de todo militante, para que se integrem ao grande esforço organizado da luta por mudar o país. Isso não ocorre sem o trabalho dedicado de Organizações de Base, que sejam estáveis, isto é, com funcionamento regular, para incorporar mais

e mais militantes, com métodos e estilos de trabalho próprios da tradição de nosso povo."

Amigos participantes das nossas lutas e discussões cotidianas nos movimentos sociais e populares devem ser convidados a conhecer o Partido Comunista, num dos momentos mais importantes da sua democracia, quando as bases discutem, aprimoram e aprovam o projeto partidário e eleitoral. O fundamental é preparar uma grande campanha pela conquista do voto, de forma organizada e pelas estruturas comunistas, para efetivar saldos de maior e melhor fortalecimento partidário.

As filiações devem ser realizadas de forma planejada e dirigida aos três eixos estratégicos do Partido e seu projeto político, que são os trabalhadores em geral, especialmente o proletariado, a juventude e a intelectualidade. Uma razoável quantidade de municípios não organizou ainda toda sua militância em bases. O documento do Encontro afirma: "o objetivo permanente da nossa política de estruturação partidária no plano organizativo é construir de fato as organizações de base e conferir-lhes estabilidade no funcionamento. É um dos aspectos mais cruciais para maior solidez em nossa organização e atuação entre os trabalhadores e o povo, enfrentar a dispersão e disputa ideológica na luta dos trabalhadores pelo socialismo, própria deste momento histórico da luta de classes".

A construção destas células deve ser encarada como tarefa primeira dos dirigentes e quadros, orientando a participação nesta conferência de forma organizada. Quanto maior o número de organizações de base, mais eficiente se torna a ligação do Partido e seus militantes com o povo. Elas têm papel destacado para a consecução de uma melhor campanha eleitoral, organizada mais partidariamente. Os candidatos a vereador, prefeito e vice serão fontes de informações acerca das idéias e programas do Partido e estarão representando, no caminhar das eleições, os pés e olhos partidários. Os candidatos devem ser verdadeiros construtores do Partido.

Os comitês estaduais, em sintonia com os municipais, devem estar atentos para um adequado acompanhamento político da construção do nosso projeto eleitoral e nacional, lançando mais candidaturas proporcionais e majoritárias para aumentar substancialmente a bancada nacional de vereadores comunistas, bem como de eleger prefeitos e vice-prefeitos.

\*membro da Comissão Nacional de Organização do Comitê Central do PCdoB

## Cartilha orienta eleições 2004

Ao lado de uma orientação política e uma tática eleitoral ajustadas, o domínio das regras legais do processo eleitoral podem ajudar muito na consecução dos objetivos partidários. A Comissão Nacional de Organização preparou uma nova cartilha sobre o procedimento da campanha para as eleições de prefeitos e vereadores. O PCdoB buscará ampliar sua bancada de vereadores e fortalecer a base de apoio ao governo Lula no rumo das mudanças pela implementação de um projeto democrático e nacional-desenvolvimentista.

O Partido disputará eleições majoritárias com candidaturas próprias em número bem mais elevado que anos anteriores e em especial em três capitais, Fortaleza, Manaus e Rio de Janeiro. A coligação com outros partidos da base aliada poderá nos permitir conquistar várias prefeituras e eleger vice-prefeitos. A maior quantidade de chapas próprias às Câmaras Municipais e várias candidaturas em coligação tem por base o crescimento das fileiras partidárias, maior interiorização do Partido, além da participação no governo federal.

O TSE aprovou Resolução acerca da nova fixação do número de vagas de vereadores que cada município terá direito de eleger. Esta decisão veda a possibilidade política de as Câmaras de Vereadores fixarem o número de vagas.

Houve diminuição de cerca de 8.500 vagas atualmente existentes. Atinge a grande maioria das cidades com mais de 100 mil habitantes (204 das 239 existentes) e 2.207 municípios com menos de 100 mil habitantes. Dez capitais sofrerão o efeito redutor desta medida: Vitória (diminui 6 vagas), Recife (5), Florianópolis (5), Porto Velho (5), Rio Branco (4), Boa Vista (4), Palmas (3), Aracaju (2), Cuiabá (2), Macapá (2). Por outro lado, haverá aumento de vagas em oito capitais: Rio de Janeiro (aumento de 8), Salvador (6) Belo Horizonte (4), Curitiba (3), Manaus (4), Porto Alegre (3), Belém (2) e Goiânia (1). Nas outras capitais permanece o mesmo número de vereadores. Houve au-

mento de vagas em 21 cidades, das quais 17 com mais de 100 mil habitantes.

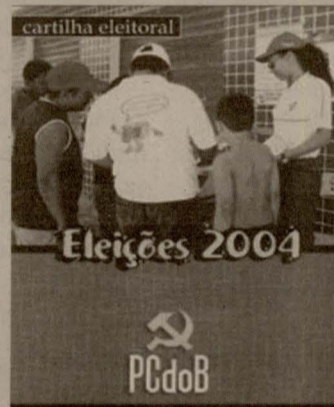
As diversas forças políticas revêem suas táticas eleitorais, principalmente o lançamento de chapas próprias onde houve diminuição. É uma decisão que, apesar de prejudicar a todos, beneficia mais aos grandes partidos, que têm mais candidatos, possuem grande quantidade de votos de legenda e maior estrutura de campanha. O quociente eleitoral se elevou consideravelmente (número mínimo de votos necessários para eleição de um vereador) nos municípios afetados. Mudanças substanciais ocorrerão também na linha de corte de cada coligação. O TSE coloca a possibilidade uma emenda

constitucional modificar os critérios de vagas de vereadores. O PCdoB está empenhado nesta articulação visando evitar a restrição democrática que a medida do TSE significou.

Pela Lei 9.504/97, há vantagens, como a exclusão dos votos brancos para o cálculo do quociente eleitoral, maior flexibilidade para a formação das coligações, foto dos candidatos proporcionais na urna eletrônica e votação para os proporcionais antecedendo à dos majoritários. Por outro lado, favorece os prefeitos candidatos à reeleição, pois não precisam se afastar do cargo. Apenas estes terão direito a inserções de um minuto no rádio e na TV.

A votação através de urnas eletrônicas diminui os votos nulos e brancos. Os quocientes eleitorais e as linhas de corte em cada coligação aumentam substancialmente.

As condutas de candidatos caracterizadas como crimes eleitorais poderão receber pena de cassação de registro ou do diploma. A jurisprudência do TSE consolidou interpretação rigorosa dessa lei, levando à cassação de quase 50 mandatos de prefeitos e outros tantos de vereadores eleitos em 2000. É preciso rigor na observação das normas de condutas de campanha, bem como na correta arrecadação, aplicação e captação de recursos para as campanhas. (A.B.)



Cartilha eleitoral

## Deputado comunista condena decisão sobre número de vereadores

PEDRO AUGUSTO PEREIRA, DE BRASÍLIA

"Não se mudam as regras com o jogo em andamento". Assim se pronunciou o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA) ao condenar a decisão do Supremo Tribunal Federal de alterar o número de vereadores para as eleições municipais de outubro, estabelecida na Resolução 21.702 do Tribunal Superior Eleitoral.

O deputado comunista afirma que há um consenso na Comissão Especial da Câmara que analisa a Proposta de Emenda Constitucional 353 que estabelece regras para a fixação do número de vereadores de manter a média de vagas na maioria dos municípios. "Acreditamos que



Daniel: "Não se mudam regras com o jogo em andamento"

não cabe ao Judiciário definir essas regras. A questão é política e é função do Congresso Nacional legislar sobre a matéria em questão", analisa Almeida, que representa o PCdoB na Comissão Especial.

Além disso, diz o deputado, não cabe o argumento de que se pretende reduzir custos na Câmaras Municipais porque a Constituição já define o percentual do Legislativo na arrecadação do Município (de 5% a 8%). "Na verdade, reduzir o número de vereadores não significa reduzir despesas. A proposta abre espaço para que as Câmaras até aumentem os salários dos vereadores, já que a verba é pré-existente, com base na arrecadação".

Daniel Almeida entende que a proposta do Judiciário não traz vantagens econômicas ou políticas e provoca turbulência no processo eleitoral em curso. O deputado do PCdoB-Bahia defende que o processo agilize a tramitação da PEC 353 e propõe um

esforço coletivo, inclusive buscando o apoio do presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), para que o consenso na Comissão Especial se transforme em consenso na Câmara dos Deputados.

### Prefeituras de Salvador e Aracaju

O PT fechou questão em Salvador em torno de uma coligação do PCdoB e PV. Cada um desses partidos apresenta um nome para compor a chapa de Nelson Pelegrino como vice. Depois, se fará a escolha do nome definitivo. Em Aracaju, o prefeito Marcelo Déda tenta a reeleição já com o apoio do PTB, PCdoB e PSB. As pesquisas de opinião feitas em Aracaju avaliam bem a administração Déda.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## VIOLÊNCIA

# O Rio não vai se entregar

*É preciso atingir os financiadores do tráfico com ações contundentes, mas democráticas*

JANDIRA FEGHALI\*

É chocante a situação hoje vivida no Rio de Janeiro. Há anos o carioca convive com a violência gerada pelo crime organizado. A violência nos sitia, cerceia nosso direito à cidadania e nos obriga a uma mudança em nossas rotinas. Os trágicos acontecimentos de abril, com o acirramento de uma violenta guerra entre os traficantes, trouxeram uma certeza: o Rio não pode se entregar. Fala-se até em estado de defesa. De acordo com a Constituição, o presidente da República pode decretá-lo para preservar ou restabelecer a ordem pública ou a paz social. A situação é realmente grave, mas não creio que uma única medida seja capaz de reverter o quadro atual.

As Forças Armadas podem e devem contribuir no combate à violência, dentro de suas responsabilidades definidas na Constituição; a Aeronáutica fiscalizando o tráfego aéreo ilegal, a Marinha com a fiscalização de portos e o Exército colocando seus serviços de inteligência trabalhando conjuntamente com as polícias. Trazer jovens que estão prestando o serviço militar, é um gesto temerário pois o seu treinamento é voltado para a guerra, com condições diferentes do combate ao tráfico. Colocar frente a frente jovens despreparados para este tipo de combate, colocará em risco também os soldados, poderá aumentar ainda mais o número de jovens mortos, mais inocentes atingidos por balas perdidas, além do risco de cooptação.

Propostas mirabolantes como a construção de um muro em torno das comunidades são a reedição da política dos guetos. Como acreditar que a construção de um muro possa reduzir o tráfico? Não menos imprópria é a atitude do prefeito do Rio, que age como se o problema não fosse em nossa cidade. Não desconheço a responsabilidade do Estado e da União, mas considero a gestão municipal como parte fundamental na proposição de alternativas e em medidas que garantam a tranqüilidade necessária aos moradores.

Temos sim que enfrentar os membros dos poderes constituídos que protegem e se acumpliciam com o crime, como também sanear a parte da polícia contaminada pela cor-

rupção e pelo ilícito. Além disso, é a certeza da punição que inibe o crime e não o aumento das penas. A professora Julita Lengruher mostrou que só 8% dos homicídios cometidos no estado do Rio chegam a se transformar em processos e são encaminhados ao Judiciário. Em média, 82% dos homicídios no Estado do Rio ficam impunes.

Devemos apoiar ações firmes e amadurecidas, porém democráticas. Precisamos de medidas estruturantes da política de segurança, para atingir os financiadores do tráfico e a lavagem de dinheiro, mas também de ações emergenciais e contundentes. Nenhum gestor público tem o direito de se acovardar e trocar acusações com os outros níveis de poder. Segurança não se resolve com marketing ou ações espasmódicas. O combate à violência e ao tráfico tem que ser pautado pela seriedade. É inaceitável, que conveniências políticas ou a irresponsabilidade ocupem o primeiro plano quando a vida dos cidadãos está em risco.

Precisamos sim retirar as comunidades do século XVI, quando os donatários das Capitânicas Hereditárias ditavam a "justiça" em seus domínios. Trazer o século XXI para as comunidades, libertando seus moradores do jugo dos traficantes, recuperando a soberania plena do território urbano, integrar os três níveis de poder para somar e não desgastar, inundar as comunidades com políticas sociais, integrar projetos educacionais e culturais, investindo pesadamente para a geração de emprego e renda e contando com a presença permanente da polícia.

A Polícia Federal precisa ser o instrumento federal em metrópoles com o grau de conflagração que hoje temos.

É preciso ter coragem para estabelecer um "novo Tratado" que traga segurança ao povo carioca, que devolva nossa cidade ao seu povo. O "canto" das mães que perdem seus filhos, e dos órfãos da guerra do tráfico não pode mais preencher o silêncio das omissões. O Rio quer trabalho, vida longa, alegria, confraternização, cultura e beleza.

\* Deputada federal pelo PCdoB/RJ

## DIREITOS SOCIAIS

## Vitória das gestantes

*Desconhecimento da gravidez pelo patrão não elimina o direito à estabilidade*

O resultado do julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho, em abril, de recurso de uma padaria do Rio Grande do Sul, a P&B Comércio de Pães Ltda, contra sentença do Tribunal Regional do Trabalho que a obrigava a indenizar uma trabalhadora demitida no período de estabilidade de gestante, foi uma vitória para as mães e para as crianças.

O patrão alegava que só ficou sabendo da gravidez quando a empregada entrou com ação na Justiça do Trabalho, nove meses após a demissão. Procurava amparo no acordo coletivo do setor, pelo qual ela teria de comunicar a gravidez até 60 dias após o aviso prévio. Mas o juiz relator do recurso não aceitou a interpretação restritiva do direito à estabilidade, mesmo que fosse prevista em convenção cole-

tiva, pois é um direito assegurado pela Constituição, que garante estabilidade à gestante da data da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. E foi acompanhado pelos juizes do Pleno do TST que, além disso, reformaram, por unanimidade, a jurisprudência a respeito suprimindo a restrição a esse direito prevista na Orientação Jurisprudencial (OJ) nº 88 da Seção de Dissídios Individuais 1 (SDI 1). A nova redação da OJ estabelece pagamento de indenização decorrente da estabilidade provisória, mesmo que haja desconhecimento, por parte do empregador, do estado de gravidez da empregada. "É uma decisão histórica, que consagra um avanço importante na jurisprudência trabalhista", disse o ministro Lélío Bentes, do TST (JCR).



Suspeito de tráfico retirado da Rocinha como se fosse lixo

## GUERRA NA ROCINHA

## Faces da violência

*Pobreza, miséria e falta de perspectiva facilitam a arregimentação de jovens pelo tráfico*

EDMILSON VALENTIM\*

Números da Síntese de Indicadores Sociais, de pesquisa feita pelo IBGE, mostram que a taxa de homicídios cresceu 130% em 20 anos, de 1980 a 2000, e que os jovens do sexo masculino de 15 a 24 anos são os mais atingidos por arma de fogo no Brasil. A divulgação destes dados coincide com o drama vivido pelas comunidades da Rocinha e adjacências com o enfrentamento entre quadrilhas rivais pelo controle do tráfico de drogas no local. Aliás, a pesquisa aponta o Rio de Janeiro

como o primeiro estado na estatística de mortes de homens por armas de fogo. Os números — cerca de 600 mil brasileiros foram assassinados no período — e os acontecimentos, em si, são dramáticos e constituem, de fato, uma surpresa.

Uma das explicações para esse alto índice de assassinatos é o fato de a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde a violência é maior, concentrar 75% da população do estado. O Rio é uma cidade favelizada (são mais de 600), tanto nas áreas ricas como nas áreas pobres, da zona sul à zona oeste. E, ao longo de décadas, num contexto de políticas públicas ausentes ou débeis, o tráfico de drogas se entrenchou nos morros e favelas, agravando os problemas sociais dessas comunidades.

O problema da violência está associado ao agravamento da pobreza, da miséria e da falta de perspectiva, principalmente da população jovem. Há 30, 40 anos atrás também havia muita pobreza — menos miséria, é verdade —, mas ainda se preservava os valores humanos. Com o tempo, a concentração de riqueza, os níveis de corrupção e criminalidade se multiplicaram. E os valores, a conduta ética e moral também mudaram, para pior. Isso explica a crueldade de grupos de jovens no comando ou servindo ao tráfico de drogas, aterrorizando comunidades onde nasceram e vivem.

A luta pelo domínio de um grande centro de venda de drogas ganha cores de guerra por causa do poderio bélico nas mãos dos criminosos. E a repercussão inflacionada do confronto ganhou contornos graves e também desencontros das autoridades, fazendo-se uso político dos problemas da segurança pública. E o único perdedor é a população.

É verdade que o poder público, em determinado momento, perde o controle em algumas áreas. As soluções não virão sem integração. Deve haver determinação política

nos três níveis de governo. A prefeitura tem papel público a cumprir, e o governo do estado também. As pejeas políticas deflagradas pelo governo do estado não ajudam em nada o Rio de Janeiro. Tampouco o policial pode continuar combatendo criminosos que usam armas sofisticadas com revólveres enferrujados. E o governo federal deve compartilhar ações concretas de políticas públicas, não com soldados do Exército nas ruas, nem apenas repassando verbas públicas para os estados. E até mesmo o Congresso Nacional tem a responsabilidade histórica de aprovar a modernização das Polícias, principalmente, com iniciativas voltadas para o combate à impunidade.

O Mapa do Fim da Fome II, organizado pela Fundação Getúlio Vargas, identifica as comunidades do Jacarezinho, Maré e Alemão como as mais pobres do Rio de Janeiro, seguidas da Rocinha, que tem hoje a maior taxa de desemprego no estado (19%). Isto demonstra que é fácil para o tráfico arregimentar seus contingentes. Não há dúvida de que outros confrontos virão. E o governo do estado vai agir para prender e até matar gente como Lulu. Mas quantos novos Lulus, talvez mais violentos e cruéis, serão necessários ainda?

\*Deputado estadual pelo PCdoB na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e membro do Comitê Central do PCdoB

## AGÊNCIAS REGULADORAS

## Em busca de uma nova ordem

Lula envia projeto de lei ao Congresso Nacional redefinindo o papel das agências

LUIZ APARECIDO, DE BRASÍLIA

O governo federal começa a mudar as agências reguladoras, criando regras mais claras para seu funcionamento. Projeto de lei nesse sentido foi enviado ao Congresso Nacional pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 12, com a presença dos ministros José Dirceu, da Casa Civil, Antônio Palocci, da Fazenda, Márcio Tomás Bastos, da Justiça e do Meio Ambiente, Marina Silva e dirigentes de agências. O projeto reestrutura os organismos e prevê um contrato de gestão para elas. Pela nova lei, os presidentes das agências passarão a ser indicados pelo governo, e os mandatos dos diretores serão



Lula e Dirceu na assinatura do projeto de lei sobre reguladoras

homologados pelo Congresso. Será criado também o cargo de ouvidor nas agências,

com mandato de dois anos e nome aprovado pelo Senado Federal.

Diferentemente do que ocorre hoje, os presidentes das agências só poderão ser destituídos do cargo após o fim do seu mandato, que ocorrerá no segundo semestre do segundo ano da gestão de cada presidente da República. Essa regra valerá a partir do mandato do próximo presidente e, por isso, os mandatos dos presidentes indicados até 2006 serão inferiores a quatro anos. Os presidentes das agências só poderão ser destituídos durante o exercício do mandato mediante processo administrativo, decisão judicial transitada em julgado ou renúncia.

## CONDIÇÕES DE VIDA

## Miséria atinge 33% da população

A miséria, antes localizada nas periferias, agora se espalhou pelas grandes cidades

Um terço dos brasileiros tem renda mensal inferior a 79 reais. O dado consta do Mapa do Fim da Fome II, divulgado no dia 15 pela Fundação Getúlio Vargas, Sesc Rio e pela ONG Ação da Cidadania. Eles formam o contingente de miseráveis da população brasileira. O dinheiro para tirá-los dessa situação corresponderia a uma contribuição mensal de 14 reais de cada brasileiro que está acima da linha de pobreza; ou seja, um montante de 2 bilhões reais por mês para investimentos em programas sociais.

O estudo mostra também que ao longo da década de 1990 — os anos de predomínio neoliberal — a miséria se espalhou pelas grandes cidades, enquanto antes estava concentrada nas periferias. “As grandes cidades foram atingidas pela crise social dos anos 90 e agora faltam políticas públicas integradas para resolver os dois principais problemas, que são a violência e o desemprego”, avalia o economista Marcelo Nery, coordenador da pesquisa. Registra também uma relação direta entre desemprego, fome e pobreza.

Um exemplo explosivo desses problemas é a guerra aberta vivida nas favelas cariocas, cujos episódios mais recentes são os confrontos armados entre traficantes na Ro-

cinha, onde o índice de desemprego atinge 19% da população, superior à média do Estado, que é de 9%. A Rocinha, maior favela da América Latina, destaca-se no estudo por outros aspectos negativos: ela tem o nível de escolaridade mais baixo do Rio e a quarta menor renda da cidade. Ali, a população, que é a mais jovem do estado, tem, em média, 5,7 anos de estudo; a renda média mensal dos trabalhadores é de 434 reais, enquanto na Lagoa é de 2.765 reais.

São desigualdades “visíveis a olho nu”, diz o coordenador da pesquisa, o economista Marcelo Nery, pois os moradores da Rocinha estão de frente para a Lagoa. “As pessoas da Rocinha estão de vista para a área mais rica do Rio. Essa desigualdade é combustível para os problemas sociais diversos”. E o próprio tráfico de drogas “tem o consumidor muito próximo dos traficantes”, diz ele.

Mas há favelas ainda mais pobres. A pesquisa mostra que elas são o Jacarezinho, o Complexo do Alemão e a Maré, as três mais pobres da cidade, seguidas da Rocinha e da Cidade de Deus. Na outra ponta, entre os mais ricos, estão os bairros de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Centro e Tijuca (Cristiane Ribeiro/Agência Brasil).

## PCdoB

## Campanha por sede própria

JÚLIO LIMA

O PCdoB vai promover um movimento nacional pela construção de sua sede própria. O secretariado vai estruturar comissão especial para definir local, projeto arquitetônico, conseguir parcerias, realizar campanha específica de finanças e construir a sede.

A sede a ser construída deverá contemplar as instalações físicas necessárias ao funcionamento de toda a direção nacional, compreendendo a Presidência e todas as se-

cretarias, além de espaços para comissões especiais. Adicionalmente, deverá ter espaço para o pleno funcionamento das atividades do Instituto Maurício Grabois.

Trata-se de um desafio gigantesco, mas à altura e na dimensão do Partido de hoje, que deverá envolver toda a sua militância, da Direção Nacional aos organismos de base. A construção da sede nacional será motivo de orgulho para todos aqueles que lutam pela causa socialista tendo o PCdoB à frente.

## CRESCIMENTO ECONÔMICO

## O plano da CNI para a retomada

Industriais pedem a Lula juros mais baixos e dinheiro mais barato para incentivar investimento

O presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Armando Monteiro Neto, de um grupo de 27 empresários, entregou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 13, as propostas da entidade para incentivar o crescimento econômico a curto prazo. As medidas propostas compõem um documento de 126 páginas sugerindo 24 ações em várias áreas; a ênfase dos empresários, contudo, é a diminuição da carga fiscal (dos menos impostos), juros mais baixos e dinheiro mais barato para investimento.

O presidente da República aproveitou a ocasião do encontro com os empresários para reafirmar o prestígio do ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, dizendo que “ele está mais ministro que nunca. É o que eu disse anteriormente. Ele é o capitão do time e não está no cargo por acaso”. O presidente afirmou ainda, que “a reforma ministerial que tinha que ser feita foi encerrada. E o ministro José Dirceu é o coordenador das ações interministeriais por competência”. Lula enfatizou ainda que não haverá nenhuma mudança brusca na política econômica, apesar das pressões.

O documento dos industriais, intitulado Uma agenda Pró- Crescimento para 2004, faz um diagnóstico da situação atual da economia, como tributação, custo dos investimentos, *spreads* bancários, infra-estrutura, inovações tecnológicas, problemas das pequenas e médias empresas, meio ambiente e políticas regionais. E sugere, logo de cara a redução das alíquotas do PIS-Cofins, que hoje equivalem a 9,25% dos seus custos, para pelo menos 7,1%, o que para os empresários brasileiros manteria a neutralidade da incidência tributária na mudança implementada na cobrança dos dois tributos.

Ele é o capitão do time e não está no car-



Lula e ministros recebem representantes dos empresários

go por acaso. Disseram ao presidente, e enfatizaram no documento entregue, que os impostos representam 30% do *spread* bancário. Para que esse percentual seja reduzido para pelo menos 15%, a CNI quer, além das reduções da alíquota do Fundo Garantidor de Crédito, um menor compulsório sobre depósitos à vista e eliminação do compulsório sobre depósitos a prazo.

No encontro, do qual participaram o vice-presidente da República, José Alencar, o secretário geral da Presidência, ministro Luiz Dulci, e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, os industriais mantiveram reivindicação de uma redução da carga fiscal, diminuindo o peso dos tributos nos custos das instituições financeiras, que são depois repassadas à produção e por fim aos produtos vendidos à população. Querem também “um aprofundamento no processo de ampliação do prazo de recolhimento de tributos federais e a implementação, ainda este ano, do requerimento do IPI, mensalmente, como está previsto para ser implementado em 2005.

O presidente Lula agradeceu a colaboração dos empresários e prometeu levar as questões para as equipes econômica e política para estudo. A reunião teve um saldo otimista, e os empresários saíram dela dizendo que o presidente recebeu o documento de forma favorável. (L.A.)

**Lula aproveita para prestigiar José Dirceu: “Ele é o capitão do time e não está no cargo por acaso”**

## TRABALHADORES

# Ambiente propício para debater a reforma sindical

*A Comissão Sindical e o Secretariado do PCdoB discutem as mudanças no mundo do trabalho e concluem que os direitos dos trabalhadores são intocáveis*

OSVALDO BERTOLINO

Reunidos no dia 8 de abril, em São Paulo, a Comissão Sindical Nacional (ampliada) e o Secretariado do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) debateram o documento "Avaliação da CSC (Corrente Sindical Classista, da CUT) sobre a Reforma Sindical Proposta pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT)". Participaram do encontro dirigentes da CSC que atuam na direção executiva da CUT, os presidentes das CUTs estaduais de Minas Gerais — João Batista Cassiano — e do Rio de Janeiro — Jaime Ramos —, Pascoal Carneiro, representante da CSC na Comissão de Sistematização do FNT, e um representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), além dos deputados federais Sérgio Miranda (PCdoB-MG) e Daniel Almeida (PCdoB-BA), que expuseram um breve panorama do ambiente político sobre o tema no Congresso Nacional, e um representante do instituto de pesquisas jurídicas *Opinio Iuris*.

Há um ambiente propício para uma ampla discussão da proposta e há mecanismos para o debate fluir, principalmente o FNT.

Mesmo outros espaços que surgiram, como Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), formado por 16 confederações e 264 federações, além das centrais sindicais, podem ser contabilizados nesse ambiente democrático.

A reunião ressaltou que "a luta pelo fortalecimento da organização sindical" tem "por perspectiva a defesa dos interesses imediatos e futuros" dos trabalhadores, "da democracia e de um sindicalismo classista no contexto de um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundamentado na afirmação da soberania e valorização do trabalho".

Os aspectos positivos e negativos da proposta do FNT, entendem os comunistas, devem ser tratados a partir dessa formulação. É preciso definir claramente o que há de avanço na proposta e o que pode ser prejudicial para os trabalhadores.

Para a CSC, a estrutura sindical brasileira, embora forjada de modo autoritário no primeiro governo de Getúlio Vargas, serviu a um projeto desenvolvimentista, num ambiente de luta contra o liberalismo predominante

no mundo. Hoje, o debate sobre a reforma sindical ocorre num ambiente também de luta contra o liberalismo. Para a CSC o conceito de desenvolvimento com valorização do trabalho ocupa lugar central nesse debate.

Além da diferença de ambiente político, hoje francamente democrático, há uma maior pluralidade de vertentes sindicais. Em torno desse debate, formaram-se, basicamente, três correntes. Uma freqüente o FNT e é integrada pelas três principais centrais sindicais; a segunda formou o FST, e a terceira é de correntes cutistas minoritárias. Para a CSC, é preciso buscar o máximo de unidade para aumentar as forças que combaterão as investidas do capital durante a tramitação do tema no Congresso Nacional.

O FST, por exemplo, fez um importante ato em Brasília em 25 de março para defender questões como a geração de emprego e renda, a aprovação do projeto de lei nº 33/88 (que protege o trabalhador contra a despedida imotivada), a redução da jornada de trabalho (PEC nº 393/01), a definição de uma política salarial e a recomposição de perdas, e a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Algumas correntes cutistas minoritárias emitem sinais de que se aproximam da idéia de unidade.

Segundo os parlamentares comunistas que participaram, a correlação de forças no parlamento tende a criar um ambiente pouco favorável ao avanço dos direitos dos trabalha-

dores, uma realidade resultante do quadro mundial, amplamente dominado pelos interesses do capital. A valorização do trabalho é uma idéia que encontra pouco espaço nos debates sobre a relação capital versus trabalho. Ampliar direitos é uma batalha que exige perícia e muita disposição de luta, inclusive no campo das idéias.

Diante desse cenário, questões como comitê sindical de base, definição de ramos de atividades, reconhecimento das centrais sindicais, níveis e critérios de representatividade, reformulação do conceito de unicidade sindical, negociação coletiva, papel do Estado, poder normativo da Justiça do Trabalho e custeio da atividade sindical precisam ser debatidas à exaustão para não haver retrocesso.

As propostas precisam descer às bases para democratizá-las e serem bandeiras de mobilizações. A reforma sindical é uma espécie de primeiro tempo da reforma trabalhista. E, nesse ponto, o PCdoB foi taxativo: não há a menor possibilidade de qualquer concessão quanto à retirada de direitos dos trabalhadores. É uma questão que diz respeito a um movimento acentuado da luta de classes no país.

Por isso, os trabalhadores devem ser mobilizados para debater avanços nas propostas e defender os direitos conquistados. Será preciso avançar na unidade das forças que atuam no campo do trabalho.

**Defender os interesses imediatos e futuros dos trabalhadores, a democracia e um sindicalismo classista para um projeto de desenvolvimento, com soberania nacional e valorização do trabalho**

## Medida contra os sindicatos

As contribuições instituídas pelos sindicatos agora são válidas apenas para os sindicalizados — quem não for sócio deverá fazer autorização por escrito para que o desconto seja feito em folha de pagamento. A norma entrou em vigor dia 16, quando o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, publicou no *Diário Oficial* a Portaria nº 160.

Os sindicalistas argumentam que os

acordos realizados pelos sindicatos favorecem à toda a categoria, e não apenas aos sindicalizados, o que justifica plenamente o desconto da contribuição, como vem sendo feito há dezenas de anos no Brasil.

Segundo o artigo 1º da Portaria 160, as contribuições instituídas em assembleias gerais das categorias "são obrigatórias apenas para os empregados sindicalizados".

1º DE MAIO

## Salário mínimo terá aumento real

MARCOS VERLAINE, DE BRASÍLIA

Segundo o líder do governo na Câmara, Professor Luizinho (PT/SP), o governo deverá definir o novo valor do salário mínimo até o dia 1º de maio. "Não tem valor. Estamos no início da discussão". O governo estuda o impacto do novo valor nas contas dos municípios e nas contas da Previdência. "Precisamos fazer [o aumento] de tal forma que não prejudique os municípios", afirmou o líder governista.

O governo sinalizou com um reajuste de entre R\$ 276 e R\$ 280, o que significa um aumento real de 10%. Já a CUT pediu uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde o líder sindical Luiz Marinho reivindicará um mínimo de R\$ 300. Professor Luizinho fez críticas ao governo passado: "O presidente [Lula] não vai fazer como o governo anterior, que não recuperava o poder de compra, só destruiu. Vamos continuar recuperando". O governo Fernando Henrique Cardoso fixou os menores valores reais da história do salário mínimo desde a sua criação por Getúlio Vargas.

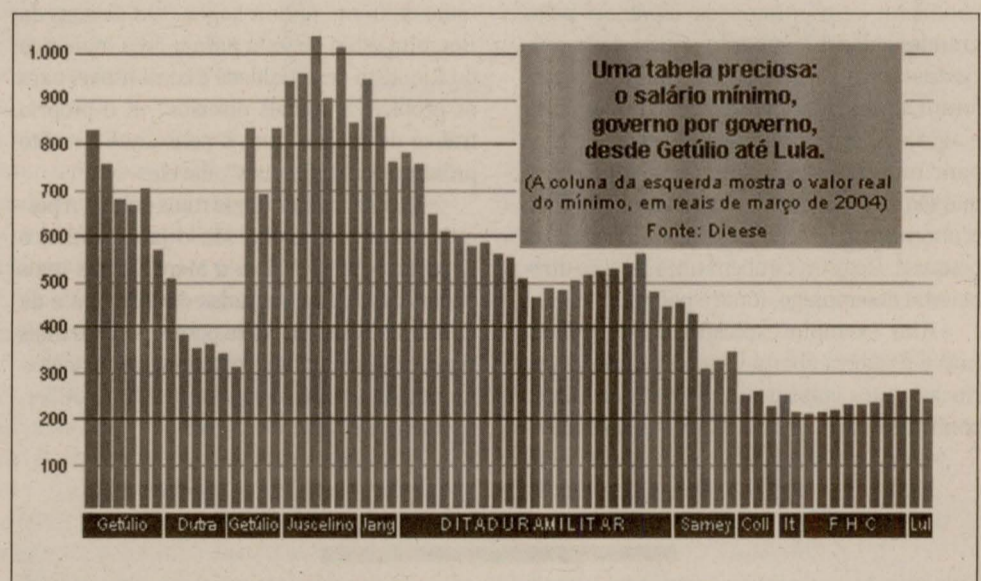
O líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT/SP), afirmou que Lula "está

muito sensível no sentido de procurar um novo caminho para o tema do salário mínimo, que permita combinar o maior reajuste possível e atingir a população mais pobre do país — dentro das restrições fiscais, que são severas".

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, disse que o salário mínimo é uma política importante para a recuperação da participação da renda do trabalho na renda nacional. Ele admitiu que nos últimos 20 anos, por força da inflação e "do aumento da especulação financeira", tem diminuído participação da renda do trabalho no Produto Interno Bruto brasileiro, em contrapartida ao aumento da renda de empresários e do setor financeiro.

Segundo o ministro, "o salário mínimo tem limitações colocadas pela Seguridade Social. Cerca de 15 milhões de pessoas, entre aposentados, beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social, recebem um salário mínimo. Portanto, qualquer aumento real tem uma incidência forte nas contas públicas".

Há quem diga que o governo está na posição mais vulnerável de seu mandato. A pressão de sua base de apoio por um au-



mento expressivo se manifesta aberta e declaradamente. Por outro lado, o Planalto testará com sua decisão os limites da responsabilidade fiscal.

Quando o mínimo foi instituído, em 4 de julho de 1940, correspondia a R\$ 828,02, em reais de março de 2004, segundo o Dieese. O seu maior valor foi atingido em 1957, no governo Juscelino Kubitschek: R\$ 1.036,10 em valores atuais. Desde então ele foi se degradando pouco a pouco, até o fundo do poço em 1995, sob o governo Fernando Henrique: R\$ 207,21 em reais de março de 2004. O primeiro reajuste do mínimo sob o governo Lula representou uma recuperação, porém modesta, de R\$ 255,77 para R\$ 259,37 em valores atuais.

Os defensores de aumentos efetivos do salário mínimo argüem com o seu papel para corrigir a concentração de renda. Em 1992, os 10% mais ricos detinham 45,8% da renda nacional; já em 1999, os 10% mais ricos passaram a deter 47,4% da renda nacional. "Mas, quando se incluem no cálculo dados sobre o patrimônio, a concentração salta aos olhos: chega a nada menos que 75,4% da riqueza total brasileira. 'O número de 45,3% já é um escândalo. O que dizer de 75,4%?'", indagou o economista Márcio Pochmann, secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.



## FORMAÇÃO

## Abril vermelho

Houve cursos em Minas Gerais, São Paulo, Amazonas, Pará e Ceará

Realizou-se com sucesso a série de cursos regionais da primeira etapa do abril vermelho na formação. Participaram cerca de 190 camaradas, em geral, membros das direções estaduais e futuros professores da Escola Nacional nas diversas regiões do país.

O curso de Minas Gerais, "Transição no Brasil atual", reuniu trinta militantes e foi aberto pelo professor João Quartim de Moraes com uma rica exposição sobre a evolução do pensamento marxista no Brasil. Em São Paulo 40 dirigentes estaduais participaram do curso de quatro dias que agregou os conteúdos dos dois primeiros cursos nacionais.

Na região Norte ocorreram dois cursos. O tema do primeiro, realizado em Manaus, foi "A crise do capitalismo e as alternativas para o Brasil", e teve a participação de 20 camaradas do Amazonas e Roraima.

O público alvo eram os militantes com potencial para reproduzir os cursos na região e compor os quadros da escola na região. Os participantes do curso se responsabilizaram em ajudar na realização de eventos de formação por todo o Estado do Amazonas e ajudar na montagem da escola do Partido no Acre, Rondônia e Roraima.

O segundo curso regional tratou das transições no Brasil atual e aconteceu no

Pará, reunindo 40 alunos do Pará e do Amapá, entre elas a deputada estadual Roseli Matos. O Nordeste não ficou para trás, realizando o curso "A transição no Brasil atual", no Ceará, com 52 alunos do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte na Escola Regional Nordeste II, sediada naquele estado. O Partido do

**No total, 342 alunos participaram dos cursos realizados em abril**

Ceará decidiu que todos os membros da Comissão Política do Comitê Estadual e da Comissão Política do Comitê Municipal de Fortaleza deveriam participar do curso. E está marcado, para os 7 e 9 de maio, outro curso, na Escola Regional Nordeste I, em Itaparica na Bahia.

Há um clima favorável ao trabalho de formação e em relação à montagem da Escola Nacional do Partido. O próximo passo é a construção de um currículo nacional, que será debatido na reunião da Comissão Nacional de Formação e Propaganda em julho. Uma escola nacional, que realmente mereça este nome, precisa de professores qualificados e currículos adequados que correspondam às exigências colocadas diante dela.

## Piauí investe nos comunistas do campo

A Direção Estadual do PCdoB no Piauí realizou, em 16 de abril, o I Encontro de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do PCdoB no Piauí, com representantes de onze municípios e diretores e diretoras da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Piauí.

Entre os temas, foi tratada a questão do envolvimento no campo, com intervenção — entre outros — do vice governador Osmar Junior, que é do Comitê Central do PCdoB e de Adonias Higino, da Direção estadual do Partido e Presidente da FETAG-PI. Debateu-se também a história do Partido, sua atualidade, estruturação, ação sindical e perspectivas do trabalho no campo. Ao fim do encontro foi formado um grupo de trabalho para montar uma agenda de atividades para o PCdoB no campo.

Para o Coordenador da Corrente Sindical Classista (CSC)/Pi, Wagner Bezerra, "a CSC se une aos camaradas rurais do Piauí pa-



O vice-governador Osmar fala no Encontro

ra espalharem pelo estado as propostas do sindicalismo classista", enquanto Euzenice, diretora da FETAG-PI e dirigente do PCdoB no município de Matias Olímpio, afirmou que "o movimento sindical rural precisa do PCdoB" (Elton Arruda, Secretário de Formação e Propaganda do PC do B/PI).

## ABC faz maior curso de formação

JOSÉ RAMALHO JÚNIOR, CÉLIA MONTRESOL E CLEIDE APARECIDA BARBOSA\*, DO ABC PAULISTA,

O lugar era o ABC paulista, mas poderia ser em qualquer recanto deste país continental. O Curso de Formação "Bem-vindo, camarada!" redobrou os ânimos dos mais de 140 militantes presentes em Santo André (maior presença do Estado) vindos de todos os sete municípios da região, em abril. A presença de presidentes dos municipais e pré-candidatos a vereador do PCdoB mostrou a importância da formação e a compreensão das bases em debater a "Participação no governo Lula" e "Quem é e o que quer o PCdoB".

A iniciativa da formação foi aplaudida por todos, que também cobraram a realização de novos cursos. A participação e o envolvimento nos debates foi o ponto alto; a prova disso foram os seguintes relatórios finais:

Necessidade de maior base teórica dos novos e antigos militantes auxiliando os debates eleitorais que se aproximam e a defesa do governo Lula, dos ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores; Manifestações populares solicitando a mudança na política macroeconômica; A realização de cursos por

eixos temáticos, como juventude, questão racial e de gênero; A importante presença do PCdoB através do ministro Aldo Rebelo no núcleo central do governo como mediador entre este e os anseios dos sindicalistas, estudantes, professores, operários e demais militantes do partido, num claro reconhecimento do apoio político e da inserção do Partido nas massas; A maior participação do ABC na vida política nacional, recordando que o presidente da República tem aqui sua base eleitoral; A necessidade da confecção do Alerta ABC como instrumento de divulgação do partido na região; A quebra de preconceitos religiosos e ideológicos; O caráter plebiscitário de 2004 e, por isso mesmo, a necessidade de vitória ampla das forças que compõem o governo; Lembrar a todos que o Partido busca o sistema eleitoral para divulgar seu Programa e os ideais de uma nova sociedade e novo homem; A presença maciça da juventude, mulheres e mesmo crianças, que levamos a vislumbrar o futuro do Partido.

\* Secretários de Formação e Coordenadores

## ECONOMIA POLÍTICA

## O combate marxista contra a farsa da ideologia econômica liberal

Palocci fala em equilíbrio e elogia FHC. Mas o que é o "equilíbrio" na economia capitalista?

A. SÉRGIO BARROSO

"Fica claro hoje o quanto Fernando Henrique e sua equipe foram importantes para promover o equilíbrio" (ministro Antonio Palocci Filho, O Globo, 17/4/2004)

O enorme esforço teórico para justificar a idéia de "equilíbrio" na dinâmica da economia capitalista é muito velho. Recordemos: a Inglaterra desbravava o modo capitalista de produção, processando-se a I Revolução Industrial (1760-1830); o mercantilismo - utilizador do Estado, ou da violência extra-econômica para a acumulação primitiva (Marx) -, ou a hegemonia do capital comercial impulsionado pelo absolutismo feudal entrou em declínio; nasce a grande indústria e o proletariado é "mercadoria especial"; as trocas (e seus valores) se generalizam massivamente: o mundo nos aparece como uma imensa coleção de mercadorias (Marx).

A ideologia do liberalismo teorizava a irrupção daquele movimento econômico "autônomo". A grande força da "razão iluminista" questionava o mundo explicado até então pela revelação divina. Como explicara L. Belluzzo, da "ordem revelada" passou-se à "ordem natural", onde a "lei invisível" do enriquecimento privado tinha que ser, de algum modo, enunciada.

Foi o escocês Adam Smith (1723-1790), líder da economia política clássica, quem formulou a tese do "equilíbrio". E a idéia do trabalho como fonte do valor, porém fundado em relações sociais de caráter natural. A misteriosa "mão invisível" do mercado representaria o automatismo da tendência ao equilíbrio (ou a lei cega da regulação do mercado), sendo tão eficaz quanto as leis da mecânica clássica de Newton (F. Mazzuchelli, *O pioneirismo de Smith*, 2002).

Mas segundo Smith — atenção, leitor (a) —, quando a riqueza real da sociedade declina "nenhuma classe sofre tão cruelmente... como a classe trabalhadora" (Mazzuchelli, *idem*). Ou seja, havia sim em Smith preocupações com os resultados sociais do capitalismo emergente.

Ao contrário, nos economistas seguidores da chamada escola "neoclássica" regride-se às explicações completamente fora das razões históricas de uma sociedade de pessoas reais. Quer dizer, para eles o capitalismo desregulado, nada tinha a ver com um modo de produzir riqueza abstrata (o capital como

dinheiro é seu símbolo geral) e triturar "pessoas concretas" (desempregar e explorar de maneira brutal os trabalhadores), como afirmava ser Karl Polany.

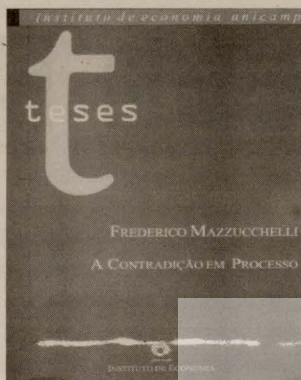
O exemplo neoclássico radical encontra-se no economista francês León Walras (1834-1910), um reacionário ressuscitado pelos neoliberais. Matemático, Walras inventou a "teoria do equilíbrio geral" do capitalismo e considerava que a mecânica de Newton deveria ser "o modelo para todas as áreas do conhecimento científico", bem como afirmara o "equilíbrio geral" como norma de formulação dos argumentos econômicos.

Em outras palavras, conforme o pensamento neoclássico, "o mundo dos interesses econômicos tende a se ordenar por si próprio" (Walras), pois as forças naturais de mercado atraem o sistema capitalista à posição de equilíbrio (Mazzuchelli, *Senior, Levens e Walras: a construção da ortodoxia econômica*, 2003).

Ora, a grande crise mundial do capitalismo fez explodir o desemprego nos EUA para 27% da PEA (População Economicamente Ativa), batendo na casa dos 40% na Alemanha — exatamente onde surgiu o nazismo. Igualmente, as teses dos "geniais" matemáticos neoclássicos foram reduzidas a escombros. O prolongamento da crise foi um das razões principais para a II Guerra Mundial.

Nos dias que correm, e no combate à ressurreição ideológica do cadáver neoclássico, o economista J. C. Braga relembra já conter em *O Capital*, de Marx, as idéias da acumulação pela acumulação, a valorização fictícia do capital a juros, o desaparecimento das fontes de emprego para o assalariado, etc. O sistema capitalista de mercado — afirma Braga — "não é auto-regulável. Logo ele é instável estruturalmente. Vive crises tanto como expansões" (*A contemporaneidade de O Capital*, 1997).

Como analisa Mazzuchelli em seu excelente estudo (*A contradição em processo — o capitalismo e suas crises*, 2004, 2ª edição), na época do capital financeiro (o capital portador de juros) os lucros e dividendos se convertem em ativos, "de modo a aprofundar a instabilidade característica deste regime de produção".



Importante livro sobre a crise

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

## ÁFRICA DO SUL

# Vitória da revolução democrática nacional

*O CNA, de Mandela, venceu a eleição com o lema  
"um pacto do povo para criar empregos e combater a pobreza"*

RONALDO CARMONA\*

A África do Sul realizou, dia 14, sua terceira eleição geral. E pela terceira vez o Congresso Nacional Africano venceu a eleição e reconduz Thabo Mbeki à presidência. O próximo dia 27 marca o 10º aniversário da eleição do presidente Nelson Mandela e de seu então vice, Thabo Mbeki, como consequência do fim do regime racista do apartheid, que vigorou de 1948 a 1992. É o "Dia da Liberdade".

A África do Sul é marcada por clivagens raciais e de classe. De seus 44 milhões de habitantes, os negros são 70%, e as principais etnias são os Zulus, com 20,5% do total, e os Xosas com 18%; depois, vêm os brancos, com

12%, principalmente de origem holandesa e inglesa; os mestiços (euroafricanos ou "coloured", como dizem os sul-africanos) são 13%; e os índios (descendentes de trabalhadores imigrantes da Índia e Paquistão) reúnem 3%, além de outros grupos que somam 2%.

**O CNA teve 70% dos votos; a Aliança Democrática, da oposição, 13%; o Partido Inkatha da Liberdade, 6%; o Novo Partido Nacional, do governo do apartheid, caiu para 2%**

Na eleição foram disputadas as 400 cadeiras no parlamento que, em 27 de abril, elegerá o presidente do país. O CNA, frente de libertação do povo sul-africano, defendeu "um pacto do povo para criar empregos e combater a pobreza".

O CNA obteve 70% dos quase 13 milhões de votos. A Aliança Democrática, principal for-

ça de oposição, liberal de direita, vinculada aos brancos e liderada por Tony Leon, obteve 13% dos votos, enquanto o partido étnico zulu, chamado Partido Inkatha da Liberdade, com base na Província de KwaZulu-Natal (e que teria colaborado com o regime racista) teve 6% dos votos, perdendo 2,5 pontos em relação à eleição de 1999. O Novo Partido Nacional (que é, na verdade, o antigo Partido Nacional), racista, que governou durante o período do apartheid, caiu de 7% em 1999 para menos de 2% agora.

Na década de transição, segundo o secretário-geral do Partido Comunista da África do Sul, Blade Nzimande, "o governo do CNA tomou medidas significativas a favor da classe operária, como a consolidação de um entorno constitucional estável, uma legislação muito progressista para o mercado de trabalho e medidas no terreno econômico e social que definiram as bases para a extensão da proteção

social a maioria do povo", que incluem saúde, educação, eletrificação, saneamento, higiene, telecomunicações, habitação e início da restituição de terras e reforma agrária.

As dificuldades são muitas. Há 5,3 milhões de portadores do vírus HIV, o que diminuiu a expectativa de vida de 63 para 56 anos; outra "epidemia" é o desemprego, que atinge quase 40% dos trabalhadores. Além disso, diz Nzimande, "enquanto as dificuldades entre as raças diminuí de forma marginal, a desigualdade intra-classes aumenta".

Para a vice-secretária geral do CNA, Sankie Mahanyele, muito já foi feito: "Antes de 1994 não havia estradas, 8 milhões de pessoas não tinham casas e 12 milhões não tinham água. As pessoas não tinham telefone nem eletricidade. Considerando a herança que recebemos, nós já percorremos um longo caminho. Hoje, 9 milhões de pessoas têm acesso a água encanada e 70% das casas receberam luz elétrica". O governo construiu 1,6 milhão de casas para pessoas com renda inferior a 1,5 mil rands mensais (cerca de 750 reais).

Na política externa, o governo seguirá próximo da linha de concertação dos interesses dos países em desenvolvimento. No ano passado foi criado o chamado G-3 ou IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) para estreitar relações e interesses comuns de grandes nações em desenvolvimento.

(\*) da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB

## IRAQUE

## Insurreição contra a ocupação

*O levante aumenta as dificuldades das tropas de ocupação e ameaça a reeleição de Bush*

Os EUA sentem como nunca a força da rearticulada resistência nacional iraquiana. De Basra, no extremo-sul, até Mossul, no extremo-norte, a luta pela libertação se intensifica, e o país torna-se mais perigoso para os invasores.

A onda de embates recrudesciu em abril, desde que as fortes imagens mostradas de Fallujah — dos quatro mercenários norte-americanos arrastados e dependurados numa ponte — correram o mundo, inclusive os EUA. A divulgação desencadeou uma forte ofensiva norte-americana de "vingança", numa espiral de caos e sangue, tendo seu ápice de horror quando, num insulto e afronta sem precedentes contra a religião muçulmana, e num bárbaro crime de guerra, as tropas de ocupação jogaram uma bomba de 226 quilos na mesquita sunita de Fallujah, matando mais de uma centena de civis, entre eles mulheres e crianças. No mesmo dia e cidade, outra bomba, numa residência, matou 16 crianças.

Pelo menos duas cidades foram liberta-

das, Al Kut e Najaf, no sul do país, assumidas pela milícia xiita Al Mahdi, liderada pelo Xequê Moqtada Al-Sadr, um jovem líder religioso que virou o mais novo inimigo número um dos EUA. Najaf, principal santuário xiita, encontra-se cercada por milhares de norte-americanos.

O levante iraquiano reforça a analogia com outro atoleiro norte-americano, ainda fresco na memória do imperialismo, o Vietnã (ver matéria na página 12). Segundo o senador democrata Ted Kennedy "o Iraque é o Vietnã de Bush", pelo que foi repreendido pelo secretário de Estado Colin Powell, que pediu cautela, pois "estamos em guerra". Al-Sadr deu eco: "o Iraque será um novo Vietnã para os EUA".

O fato novo é a superação das diferenças entre xiitas e sunitas em nome da retomada da soberania do Iraque e expulsão dos invasores. As forças de ocupação começam a admitir a afirmação e consolidação da unidade nacional iraquiana.

Desde a invasão, em 20 de março de 2003, já são 700 norte-americanos mortos. Diante disso, John Kerry, candidato democrata à presidência dos EUA qualificou a ocupação como "um desastre", solicitou a Bush que reconheça as dificuldades e modifique sua política, e propôs que a administração do país seja transferida a "uma entidade internacional". Diante das intensas repercussões eleitorais, Bush recuou e passou a admitir o plano da ONU de transferência de poder aos iraquianos em 30 de junho. Outro sério revés político para Bush foi o anúncio pelo novo primeiro-ministro espanhol José Zapatero — em boa medida eleito devido à oposição popular à guerra e aos atentados de Madri em 11 de março — da retirada, "a curto prazo", dos 1.300 soldados espanhóis que estão perto de Najaf, onde são intensamente fustigados pela resistência.

O fortalecimento da resistência iraquiana acua Bush no front interno e externo. Forçado a se explicar numa coletiva de imprensa e, na defensiva, sob risco de perder o emprego nas eleições de novembro, apressou-se em dizer que "não é uma guerra civil. Não é um levante popular", e em tentar desmentir a analogia com o Vietnã que considera "falsa". Ao que consta, não convenceu ninguém. Atolado em mentiras, Bush começa a ver ameaçado seu reinado na Casa Branca. (R.C.)

## ORDEM ECONÔMICA

## China quer mudanças contra males da globalização

atual ordem econômica internacional é injusta e agrava os problemas da humanidade — esta opinião foi manifestada pelo ministro da Fazenda da China, Jin Renqing, no dia 8 de abril, durante a conferência de ministros da Fazenda reunida em Paris para analisar as Metas do Desenvolvimento do Milênio 2015, acertadas num encontro semelhante ocorrido em Nova York, em 2000, e também traçar um novo plano, e as medidas correspondentes, para o desenvolvimento e a cooperação internacionais.

Perante uma platéia formada por ministros da Fazenda de 56 países, Jin mencionou algumas dificuldades no processo de globalização econômica, como o desenvolvimento desequilibrado e a crescente brecha entre o Norte rico e o Sul pobre. Ele manifestou também a preocupação com as novas ameaças que estão surgindo, "como conflitos regionais, terrorismo internacional, crimes transfronteiriços, HIV/Aids e degradação ambiental, enquanto os problemas prolongados, como a pobreza e a fome, estão longe de ser resolvidos", disse. Ele acusou a ordem econômica internacional atual de não corrigir os defeitos da globalização mas, ao contrário, intensificar sua irracionalidade.

Jin assegurou que a China, como um país em desenvolvimento, está disposta a contribuir de diversas formas com o compromisso internacional de assistência para o desenvolvimento, entre elas proporcionar produtos públicos internacionais, diversos tipos de oportunidades de negócios, alívio da dívida externa e um fundo de assistência para outros países em desenvolvimento. Ao final de seu discurso, ele anunciou a realização, em Xangai, China, dentro de dois meses, de uma conferência mundial sobre Redução da Crescente Pobreza, promovida pelo Banco Mundial e pelo Conselho da Fazenda da China (JCR).

## BOLETO DE ASSINATURA

R\$ 20,00  
12 edições

JORNAL

# A Classe Operária

Órgão central do Partido Comunista do Brasil - Fundado em 1º/MAIO/1925

**PCdoB**  
Proletários de todos os países, uni-vos!

## FORMAS DE PAGAMENTO

- Cheque nominal  
 Dinheiro  
 Cartão de crédito  C  D  V  A  
 Nº.: \_\_\_\_\_  
 Validade: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (MÊS/ANO)  
 Vale postal nº. \_\_\_\_\_  
 Depósito em conta corrente  
 Banco Itaú Ag. 0251 C/C 48676-7

Enviar comprovante de pagamento por fax ou e-mail

Nome: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_  
 Tel. res.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ com.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_  
 Profissão: \_\_\_\_\_  
 Data de nasc.: \_\_\_\_\_

Ed. final nº.:

Ed. inicial nº.:

EMPRESA JORNALÍSTICA A CLASSE OPERÁRIA: End.: Al. Sarutaiá, 185, Jd. Paulista, São Paulo, SP, Brasil - CEP 01403-010  
 Tel/Fax.: (11) 3054-1829 - End. eletrônico: www.vermelho.org.br/classe Correio eletrônico: assinatura@pcdob.org.br

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## FILOSOFIA

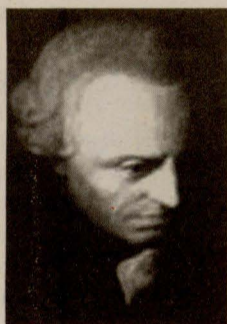
## Cântico de Kant

280 anos de um gigante do pensamento

CARLOS POMPE

Emmanuel Kant jamais deixou a cidade universitária de Königsberg, da Prússia Oriental, onde nasceu, em 22 de abril de 1724, e morreu, em 12 de fevereiro de 1804. Foi influenciado pelo protestantismo luterano de tendência mística e pessimista, pelo racionalismo de Leibnitz e pela literatura de Hume e Rousseau. Apesar disso, seu magistério não ortodoxo de religião, baseado no racionalismo, fez com que o rei Frederico Guilherme II, em 1792, o proibisse ensinar ou escrever sobre esse tema, o que ele obedeceu até a morte do rei, cinco anos depois.

Conta a lenda que seu sistema de vida era tão metódico que as pessoas acertavam os relógios de acordo com sua caminhada diária



Emmanuel Kant

ao longo da rua que depois recebeu o nome, em sua homenagem, de "Caminhada do Filósofo". Até que a idade o impediu, ele somente teria atrasado seu passeio regular na ocasião em que o *Emile*, de Rousseau, o fascinou tanto que, por vários dias, ficou em casa, lendo esse livro.

Publicou *Dissertação*, em 1770; *Crítica da razão pura*, 1781 (na edição de 1787, explicou suas intenções "críticas" de realizar um estudo sobre os limites do conhecimento); *Os prolegômenos a toda metafísica futura*, 1783; *Fundamento da metafísica dos costumes*, 1785; *Crítica da razão prática*, 1788; *Crítica do juízo*, 1790; *A religião nos limites da simples razão*, 1793 e, em 1798, *Conflito das faculdades*.

Para ele, tudo na natureza foi construído pelo espírito humano. Só conhecemos os fenômenos, não as "coisas em si". Kant negava a possibilidade de conhecermos o mundo, ou pelo menos de conhecê-lo por completo. Existiriam coisas desconhecidas por si próprias, baseadas em pressuposições necessárias. Escreveu que, "embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, isso não significa que proceda todo da experiência".

Gigante do pensamento de sua época, Kant chamou à sua filosofia "idealismo transcendental". Sua concepção de mundo é a contradição entre o sujeito e o objeto, entre a aparência e a essência, entre o pensar e o ser. Na sua *Crítica da razão pura*, registrou: "Tive que restringir a esfera do conhecimento para deixar lugar à fé". Uma formulação que busca conciliar o conhecimento e a fé, a ciência e a religião. Ludwig Feuerbach deplorou o desacordo desse ideário, que levou Kant a "separar a verdade da realidade, a realidade da verdade!"

A filosofia de Kant serviu de base, para vários ideólogos, para concepções religiosas e idealistas. Toda ideologia é condicional, mas uma ideologia científica leva em conta a exis-

tência de uma verdade objetiva, de uma natureza absoluta, da qual o saber sempre se aproxima, sem conseguir esgotar. Kant não chegou a este entendimento.

No período em que Kant viveu, os conhecimentos acumulados ainda não apreendiam o mundo como um processo, como em constante formação. O movimento da natureza era tido como circular, repetindo eternamente os mesmos resultados. Mas se o novo não surgisse de algo que anteriormente não existia, não poderia ocorrer desenvolvimento, transformação progressiva dos fenômenos. O mundo é transformação do que passou, produção permanente do novo. Na época, a geologia era desconhecida, assim como a evolução das espécies. Como escreveu Friedrich Engels, "nós não vivemos apenas na natureza, mas também na sociedade humana, e também esta tem a sua história de desenvolvimento e a sua ciência, não menos do que a natureza".

A relatividade dos nossos conhecimentos não nega a verdade objetiva, mas revela os limites, condicionados em cada época, em cada conquista do saber, da aproximação dos nossos conhecimentos a esta verdade. Dizia Hegel que a liberdade é a compreensão, a consciência da necessidade. Há uma imensa gama de opções possíveis para a ação ou omissão humana. O conhecimento da realidade não restringe, mas aumenta, o número de possibilidades de ações que levam em conta as necessidades, as causalidades oferecidas pelo mundo que nos cerca. Este arrazoado, só possível com o acúmulo dos conhecimentos que a humanidade vem realizando formação social após formação social, geração após geração, é um patrimônio atual, construído sobre os ombros dos magníficos pensadores que nos precederam.

## ASTRONOMIA

## Balão coloca o Masco a 42 km de altitude

Imagens exclusivas são captadas por telescópio estratosférico brasileiro

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais lançou, no dia 1º de abril, o telescópio estratosférico Masco (sigla de Máscara Codificada), que foi levado a uma altitude de 42 quilômetros pelo maior balão já construído no país e, em sua viagem, permitiu o estudo de eventos que ocorrem no centro da Via Láctea e obter dados de estrelas e galáxias cuja observação é impossível com o uso de equipamentos localizados no solo.

O Masco é o primeiro dessa natureza desenvolvido no país e vai registrar também a emissão de raios-X e raios gama pelas estrelas da Via Láctea. Avaliado em 3 milhões de reais,

o telescópio também vai permitir o estudo dos buracos negros.

Seu lançamento representa um grande passo da tecnologia brasileira. O Masco é diferente dos telescópios ópticos, como o norte-americano Hubble, que capta imagens na luz visível, mas são impotentes para captar as emissões de raios-x e gama, que são invisíveis por serem de menor intensidade e assim passam despercebidas pelos telescópios ópticos. Para construí-lo, os pesquisadores do Inpe desenvolveram um sistema imageador de raios-X e gama e um sistema automático, capaz de manter o Masco apontado para o cen-

tro da galáxia. Ambas as tecnologias eram inéditas no país.

O Masco foi ao espaço com a ajuda de um balão, o maior já lançado no Brasil, que alçou vôo do aeroporto de Nova Ponte, no Triângulo Mineiro. Depois de sua viagem pela estratosfera, o Masco — que pesa cerca de duas toneladas — pousou suavemente, com paraquedas, em uma área desabitada próxima a Rio Verde (GO), a 500 quilômetros do local do lançamento. As imagens foram registradas com a ajuda de giroscópio, sensores estelares e solares, rastreadores solares, bússola eletrônica e acelerômetros. Grande parte dos equipamentos foi desenvolvida no Inpe.

## CULTURA BRASILEIRA

## Samba, patrimônio da humanidade

Brasil quer que a Unesco declare o samba Patrimônio Cultural da Humanidade

LUIS TURIBA\*, DE BRASÍLIA

"Quem não gosta de samba bom sujeito não é é ruim da cabeça ou doente do pé..."

No final de março, Gilberto Gil, que antes de ser ministro da Cultura é o músico notável que todos conhecem, tomou a decisão ousada de propor que a Unesco transforme o ritmo brasileiro — música e dança — em Patrimônio Cultural Mundial. A decisão foi tomada em reunião com o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Antônio Augusto Arantes, numa reunião da qual também participou o sociólogo e produtor Hermano Vianna, além de terem sido feitas consultas, por telefone, ao historiador Muniz Sodré.

A proclamação das Obras-primas acontece a partir de um processo de consultas, da compilação de documentação e da elaboração de um dossiê. Uma vez decidida, a candidatura do samba será preparada até setembro com a compilação de documentos e a elaboração de um dossiê com dados suficientes pa-

ra demonstrar à Unesco a genuinidade e importância do samba, música e dança.

"Concluimos", disse Antônio Arantes, "que no momento em que os países estão trazendo aos fóruns globais e às instituições multilaterais suas especificidades culturais, cabe ao Brasil pleitear a oficialização de um reconhecimento amplo e difuso do samba enquanto forma de expressão própria da cultura brasileira."

Segundo ele, esse pleito impõe a necessidade de identificar os elementos que conferem singularidade a essa forma de expressão. O ponto de partida dessa tarefa é a hipótese de que essa particularidade encontra-se na morfologia musical e na estrutura coreográfica do Samba, sendo ambas — música e coreografia — aspectos de uma só realidade. "Nesse nível pode-se identificar aspectos que identificam a singularidade dessa forma de expressão inclusive em relação à base africana", disse ele.

"O samba é considerado como um produto da história social brasileira", diz o presidente

do Iphan. "O gênero musical e coreográfico pode ser considerado tanto como sendo próprio de comunidades culturais identificáveis (executantes e brincantes inseridos em agrupamentos sociais de pequena escala) e também no contexto da vida urbana, e da indústria cultural mediatizada. O vigor do Samba enquanto gênero cultural encontra-se em sua plasticidade e capacidade de gerar inúmeras variantes, como o samba-de-roda, o samba carioca, o samba rural paulista, a bossa nova, o samba-reggae e outros mais, em suas diversas interpretações."

Além disso, diz, a pesquisa sobre o Samba poderá subsidiar a formulação de políticas de salvaguarda e valorização de brasilidade. O trabalho será coordenado pelo Iphan, entidade que propõe a candidatura.

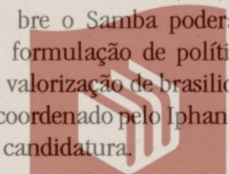
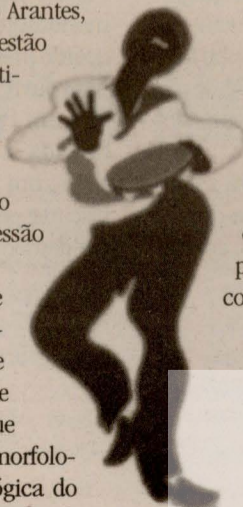
\*Do Depto de Comunicação Social do Ministério da Cultura

## LIVRO

## História do Negro no Brasil

A lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que garante a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira nos currículos escolares já dá resultados, como demonstra o lançamento do livro *História do Negro no Brasil*, que ocorreu no dia 16 de abril, na sede do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador. O lançamento foi seguido por um seminário.

O livro é uma iniciativa da Fundação Cultural Palmares (FCP), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é uma coletânea de textos de personalidades e pensadores da conjuntura afro-brasileira como Abdias do Nascimento, Elisa Larkin Nascimento, Kabengele Munanga, Maria da Glória Moura, e com apresentação de Carlos Moura e do profº Ubiratan de Castro Araújo, respectivamente ex-presidente e atual presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP). Ele se destina a ampliar e completar a visão corrente sobre o papel desempenhado pela população negra na construção da sociedade e da nação brasileira, ressaltando sua contribuição econômica, religiosa e sócio-cultural, bem como sua participação efetiva na luta pela liberdade, pela inclusão social, pela promoção da mulher e pela democracia. Informações podem ser obtidas através do site [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br), pelo endereço eletrônico [assecom@palmares.gov.br](mailto:assecom@palmares.gov.br) ou pelo telefone (61) 424-0108 ou 424-0164.



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

DIEN BIEN PHU

# Uma inevitabilidade histórica

*Há 50 anos, o Exército Popular do Vietnã infringiu sua primeira derrota a uma potência imperialista, e expulsou do país os colonizadores franceses*

GENERAL TRINH VUONG HÔNG\*

No plano do general francês Henri Navarre para pôr fim à Guerra da Indochina, adotado em 24 de julho de 1953 pelo Conselho Francês de Defesa Nacional, Dien Bien Phu não era um ponto estratégico político ou militar. E foi apenas em 3 de dezembro de 1953 que o general aceitou a batalha no nordeste do Vietnã, tendo Dien Bien Phu como principal centro dos combates.

A França já havia gasto mais de dois trilhões de francos, além de convocar e mobilizar dezenas de milhares de soldados nos oito anos de guerra na Indochina. E vivia uma grave crise política interna provocada por esta guerra tão cara e com tantas vidas francesas perdidas. Ao mesmo tempo, na Indochina, o exército francês ficou num beco sem saída após o fracasso no nordeste do Vietnã e no Laos (1952-1953).

O governo francês reestruturou então o comando militar na Indochina designando o hábil e eficiente general Navarre, que elaborou uma estratégia militar baseada em duas etapas:

Em 1953/1954 o exército francês ficaria na defensiva na região ao norte do paralelo 18 enquanto, no sul, lançaria ataques para estabilizar a Indochina central e sul e assegurar recursos humanos e materiais para as tropas.

Depois de alcançar a superioridade nas forças móveis, a região norte seria atacada a partir do outono de 1954, para criar uma situação militar favorável a uma solução política e encerrar a guerra.

Navarre baseou sua tática na criação de

uma força móvel, com forte poder de fogo, para atacar o norte após o fim da guerra no sul.

Enquanto isso, em setembro de 1953, o Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã reuniu-se em Tin Keo, na Zona de Segurança de Dinh Hoa (província de Thai Nguyen), sob presidência do camarada Ho Chi Minh, onde, depois de analisar a situação militar, política e internacional, concluiu que o plano de Navarre tinha contradições e pontos fracos insuperáveis. A tática do Exército do Povo Vietnamita seria usar parte das tropas regulares para atacar esses pontos fracos e, ao mesmo tempo, engajar-se nos combates móveis para destruir o maior número das tropas francesas que entrassem mais profundamente na zona vietnamita liberada.

O ponto crucial seria desbaratar a estratégia da força móvel da França. O general Navarre pretendia criar 27 grupos móveis na área de operações. Só na região norte, tinha 44 batalhões móveis. A retirada de combatentes de outras frentes para criar os grupos móveis enfraqueceu as forças francesas e colaboracionistas em várias áreas, tornando ainda mais crítica a contradição entre a concentração e a dispersão das tropas. Fraqueza que o exército vietnamita explorou enviando tropas regulares para atacar áreas estratégicas no Laos e na área montanhosa de Tay Nguyen, impedindo que os franceses se abandonassem, forçando-os assim a dividir seu grupo móvel para criar guarnições fixas.

Percebeu-se que a eficiência vietnamita

**A iniciativa militar vietnamita deixou o comando francês num dilema: dispersar ou concentrar as tropas. E ele escolheu concentrar, em Dien Bien Phu**



Paraquedistas socorrem tropas francesas

Keller Krieg



A vitória final, em 7 de maio de 1954

poderia ser ampliada no ponto estratégico formado por Tay Bac. Assim, em meados de novembro de 1953, a Brigada 316 (sem o Regimento 176) foi destacada para lá. Este foi um duro golpe num dos pontos vitais da organização militar francesa porque, para eles, a região de Dien Bien Phu/Tay Bac era importante passagem para a Indochina e ao Sudeste da Ásia, além de ser uma posição a partir da qual poderiam agir em quatro diferentes direções (Vietnã, Laos, Burma e China) e um local-chave para a proteção das posições no Laos. A França enviou, entre 20 e 22 de novembro, seis destacamentos de paraquedistas para ocupar Dien Bien Phu, enquanto as tropas vietnamitas da Brigada 316 marchavam para Lai Chau. O alto comandante vietnamita rapidamente ajustou o plano e enviou a Brigada 308 para Tay Bac após a retirada das tropas francesas de Phu Tho/Yen Bai/Tuyen Quang.

Esta ação colocou o general Navarre num dilema: ou atacava Phu Tho e Yen Bai para imobilizar a principal força patriótica, ou enviava reforços para Dien Bien Phu para se reunir às tropas que lutavam lá. O general decidiu enviar seus soldados para Dien Bien Phu para uma batalha conjunta, passo que resultou na transferência de destacamentos franceses de Lai Chau. Com os diversos ataques lançados pelo exército do povo

vietnamita em todas as áreas naquela região, incluindo os de Tay Bac, Dien Bien Phu foi se tornando, de forma gradual, espontânea e inesperada, o foco central do plano estratégico do general Navarre e o local para o combate decisivo contra o exército nacional e o povo do Vietnã. Os franceses esperavam um grande sucesso militar que os fortaleceria nas negociações políticas. Eles achavam impossível uma vitória vietnamita pois as forças patrióticas não conseguiriam enviar provisões e munição para a frente de combate e nem teriam meios de destruir o sólido sistema das bases defensivas francesas fortemente articuladas na região de Dien Bien Phu. Além disso, esperavam que o engajamento de uma grande parte das forças patrióticas vietnamitas regulares na luta em Dien Bien Phu levasse-as a perder a iniciativa estratégica. Finalmente, havia o aspecto psicológico, a esperança de uma saída honrosa para a guerra: a França não desejava deparar-se na mesa de negociações com as forças patrióticas do Vietnã em posição vitoriosa.

Na reunião de 6 de dezembro de 1953, o alto comando vietnamita ponderou que, embora o local fosse um forte campo de trincheiras, era isolado e os reforços e suprimentos poderiam ser fornecidos de maneira segura pelo ar, e que o Exército Popular Vietnamita, melhor equipado e com tecnologia militar de alto nível, poderia atacar com êxito nas trincheiras. Existiam dificuldades para a ação militar e para as rotas de suprimento mas, apesar disso, o alto comando vietnamita não duvidou que venceria em Dien Bien Phu.

Este foi o quadro enfrentado pelo comandante geral francês. Preso pela contradição entre a concentração ou a dispersão das tropas, perdeu a iniciativa militar, situação agravada pela vã tentativa de enfrentar a luta popular em todo o território nacional. Ele não teve habilidade para encontrar uma solução efetiva; a tentativa de pôr fim à guerra por meio de uma batalha estratégica decisiva é o final clássico de quase todas as guerras. Dien Bien Phu foi a consequência de todos os

fatores acima mencionados e portanto deve ser vista como uma inevitabilidade histórica.

\*Doutor do Instituto de História Militar do Vietnã; texto adaptado de um capítulo do livro *Memoirs of War, Hanói, 2004. Tradução de Maria Helena De Eugenio*



Franceses cercados

Melzong Express

## Em 20 anos, duas vitórias sobre o imperialismo

A batalha de Dien Bien Phu, cujos 50 anos se comemoram em 7 de maio, é um símbolo da luta nacional e a demonstração de que o imperialismo pode ser forte mas não é invencível, como os vietnamitas demonstraram por duas vezes em duas décadas: em 1954, derrotaram e expulsaram os colonialistas franceses; em 1975, derrotaram e expulsaram as tropas da maior potência militar do planeta, os Estados Unidos.

Em Dien Bien Phu, onde a luta durou de

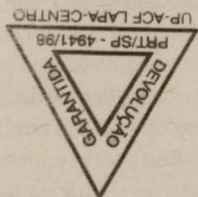
novembro de 1953 a maio de 1954 (cujas linhas gerais estão descritas no artigo desta página), o general Vo Nguyen Giap conduziu as forças patrióticas à vitória contra as tropas do general Navarre. Foram 56 dias de luta cujo desfecho foi a assinatura do acordo de Genebra, em 21 de julho de 1954 e o reconhecimento da independência vietnamita pela França.

Foi uma etapa na vitória contra a ocupação estrangeira. Por pressão norte-americana, o acordo dividiu o país em dois: ao nor-

te do paralelo 17, a República Democrática do Vietnã, sob direção de Ho Chi Minh e do Partido Comunista do Vietnã; ao sul, uma monarquia, sob o imperador Bao Daí. O acordo previa um plebiscito no sul, em 1956, para ouvir população sobre a divisão do país. Mas, em 1955, Bao Daí foi deposto, sendo instaurada a ditadura militar de Ngo Dinh Diem, um títere dos EUA que cancelou o plebiscito e perseguiu os comunistas. A resistência democrática e nacionalista crescente le-

vou, nos anos 60, à guerra aberta e ao aumento da presença militar norte-americana, num dos conflitos mais sangrentos e cruéis da segunda metade do século XX, que terminou em 30 de abril de 1975, quando os norte-americanos fugiram de Saigon, que era o nome da capital do Vietnã do Sul, a atual Ho Chi Minh. Data em que, finalmente, o trabalho iniciado em Dien Bien Phu foi completado e o Vietnã conquistou a independência (José Carlos Ruy).

IMPRESSO



CDM

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

CEP 01403-010 - SÃO PAULO - SP  
ALAMEDA SARUTAIÁ, 185 - JARDIM PAULISTA  
TEL.: (11) 3054 1800

